

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE QUÍMICA E BIOTECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

ARIANE FERREIRA FERRO

**ACOMPANHAMENTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM CAMPI FORA
DE SEDE: ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**

Maceió
2023

ARIANE FERREIRA FERRO

**ACOMPANHAMENTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM CAMPI FORA
DE SEDE: ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do título de Mestre em Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT – Ponto Focal da Universidade Federal de Alagoas. Orientador (a): Dr^a Eliana Silva de Almeida.

Maceió
2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Antonia Izabel da Silva Meyer –
CRB-4 – 1558

F395a Ferro, Ariane Ferreira.

Acompanhamento da inovação tecnológica em campi fora de sede : estudo de caso Instituto Federal de Alagoas / Ariane Ferreira Ferro. – 2023.
76 f. : il.

Orientadora: Eliana Silva de Almeida.

Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Química e Biotecnologia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 61-63.

Apêndices: f. 64-76



PROFNIT



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE QUÍMICA E BIOTECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ARIANE FERREIRA FERRO

**ACOMPANHAMENTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM CAMPI FORA DE
SEDE: ESTUDO DE CASO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do título de Mestre em Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT – Ponto Focal da Universidade Federal de Alagoas. Orientador (a): Dr^a Eliana Silva de Almeida.

Dissertação aprovada em 28 de junho de 2023.

COMISSÃO JULGADORA:

Documento assinado digitalmente
 ISRAEL CRESCENCIO DA COSTA
Data: 29/06/2023 00:07:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. ISRAEL CRESCENCIA DA COSTA, IFAL
Examinador(a) Externo(a) à Instituição**

JULIANA SARTORI BONINI:89279379020

Assinado de forma digital por JULIANASARTORI BONINI:89279379020
Dados: 2023.06.28 17:15:11 -03'00'

**Profa. Dra. JULIANA SARTORI BONINI, UNICENTRO
Examinador(a) Externo(a) à Instituição**

Documento assinado digitalmente
 ELIANA SILVA DE ALMEIDA
Data: 28/06/2023 16:15:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. ELIANA SILVA DE ALMEIDA, PROFNIT/UFAL
Presidente (Orientador (a))**

Dedico este trabalho a Agenora e Antonio – meus amados pais – e a Adrian, meu irmão e companheiro de todas as jornadas até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a minha família - meus pais e meu irmão - pelo apoio incondicional em todas as minhas etapas acadêmicas. Minha família é a base primordial para qualquer iniciativa de êxito na minha vida.

Também agradeço a Rodolfo, pelo afetuoso incentivo diário e pela paciência nesse tempo de escrita. Seu afeto é o porto seguro de qualquer tempestade.

Agradeço também aos meus amigos, Kellyane, Isabelle, Flávia, Wallace, Fernanda e Taysa, que me proporcionaram o suporte que precisei nesses meses de trabalho e estudo, concomitantes com outras funções que exerço, de forma que não foram raras as vezes precisei de vossa ajuda.

Assim como aos colegas de turma pela parceria, em especial aos meus diletos amigos Ítalo, Wanessa, Edjanne, Renata e Camila, que tornaram essa jornada tão especial, com sua força, empatia e apoio sem precedentes.

Também agradeço ao Instituto Federal de Alagoas campus PIn, pela oportunidade de receber e colaborar com essa pesquisa. Em especial, à Coordenação de pesquisa, pós-graduação e Inovação, na pessoa de seu coordenador, professor Me. Márcio Henrique Bino da Silva e do meu supervisor professor Me. Emerson Lima.

À FORTEC - Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia que é a proponente do PROFNIT à CAPES.

Ao PROFNIT e à UFAL pela importante oportunidade de realizar essa etapa essencial à minha vida acadêmica, em especial ao servidor Marcos, a todos professores do programa e à coordenação.

Por fim, agradeço Prof.^a Dr^a. Eliana Silva de Almeida, minha orientadora, que caminhou comigo, na velocidade dos passos que eu pude dar. Seu apoio foi imprescindível para a conclusão desse trabalho e seu exemplo uma inspiração para a vida toda, à senhora, a mais verdadeira gratidão.

FERRO, Ariane Ferro. **Acompanhamento da inovação tecnológica em campi fora de sede: estudo de caso no instituto federal de alagoas**. 2023.76f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Instituto De Química E Biotecnologia. Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2023.

RESUMO

O Instituto Federal de Alagoas (IFAL) é um importante ecossistema de produção do conhecimento no estado de Alagoas. Com seus 16 campi, ele é responsável pela produção de um capital humano e de recursos ricos e inovadores, relevantes para o ecossistema de inovação do estado. No entanto, o seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) está localizado na cidade de Maceió, ficando toda a atividade de gestão e acompanhamento do processo de produção de conhecimento, de todos os campi, vinculados e centralizados a esse único núcleo. Cabe destacar que a atividade de gestão é exercida – a título local, em campus fora da sede – por uma coordenação, a qual exerce, em partes, a função de gestão da inovação, sendo algumas iniciativas privativas do NIT. Assim sendo, percebeu-se a necessidade de investigar como ocorre o processo de gestão dos principais programas de iniciação científica da instituição, em campus fora da sede, a fim de se compreender quais as maiores necessidades e quais aspectos podem ser aprimorados, na intenção de incentivar a inovação no escopo de editais de programas. Com base no exposto, objetivou-se com esse trabalho propor uma metodologia, a qual aprimorasse a gestão dos programas de iniciação científica e tecnológica do Instituto Federal de Alagoas, a fim de facilitar o trabalho da interface coordenação local e NIT, acarretando na maior produção de ativos importantes à sociedade e sua evasão das fronteiras do campus. Nesse diapasão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, dissertações e artigos científicos, a fim de subsidiar os conceitos de propriedade intelectual, inovação e o papel dos NITs, para se construir um aporte teórico capaz de lastrear a proposta de intervenção. Também foi realizada uma pesquisa exploratória e documental, que consistiu na investigação e análise de portarias, leis, normativas institucionais do IFAL, editais de programas de iniciação científica e tecnológica e de sites institucionais, bem como a partir da realização de entrevistas com a coordenação de pesquisa, pós-graduação e inovação do campus de Palmeira dos Índios, o qual foi escolhido como caso de estudo. Como resultados, espera-se que a intervenção proposta colabore com os processos de gestão da inovação e facilite o processo de transferência de tecnologia, fortalecendo a cultura da inovação na instituição.

Palavras-Chave: Inovação; Gestão do conhecimento; Metodologia; Instituto Federal de Alagoas.

FERRO, Ariane Ferro. **Monitoring technological innovation on off-site campuses: case study at the Federal Institute of Alagoas**. 2023.76f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Instituto De Química E Biotecnologia. Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2023.

ABSTRACT

The Federal Institute of Alagoas is an important knowledge production ecosystem in the state of Alagoas. Within its 16 campuses, it is responsible for producing a rich and innovative human capital and resources, relevant to this state's innovation ecosystem. However, its Technological Innovation Nucleus (NIT) is in the city of Maceió, responsible for all management activity and monitoring of the knowledge production process of all campuses linked and centralized to this single nucleus. It should be noted that the management activity is carried out – on a local basis, on a campus outside the headquarters – by a coordination that exercises, in parts, the function of managing innovation, with some initiatives being exclusive to the NIT. Therefore, it was perceived the need to investigate how the management process of the main scientific initiation programs of this institution occurs, in campuses outside the headquarters, in order to understand what the greatest needs are and which aspects can be improved, with the intention of encouraging innovation within the scope of these notices and programs. Based on the above, this work's purpose was to propose a methodology that would improve the management of scientific and technological initiation programs at the Federal Institute of Alagoas, with the intention of facilitating the work between the local coordination and the NIT, resulting in greater production of important assets to society and its evasion of the boundaries of the campus. Hence, bibliographical research was carried out in books, dissertations and scientific articles, as a way of subsidizing the concepts of intellectual property, innovation as well as the role of the NITs, to build a theoretical contribution capable of supporting the intervention proposal. An exploratory and documentary research was also accomplished, it consisted of the investigation and analysis of ordinances, laws, institutional regulations of the IFAL, notices of scientific and technological initiation programs, and institutional websites, along with interviews with the research coordination, postgraduate studies and innovation at the Palmeira dos Índios campus, which was chosen as a study case. As results, it is expected that the proposed intervention improves the innovation management processes, and facilitate the transfer knowledge process, strengthening the culture of innovation in this institution.

Keywords: Innovation; Knowledge management; approach, Federal Institute of Alagoas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do IFAL Pin	36
Figura 2 – Metodologia de acompanhamento dos editais PIBIC e PIBIT	46
Figura 3 – Proposta de metodologia de acompanhamento dos editais PIBIC e PIBIT	46

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Oferta de cursos IFAL	36
Quadro 1 – Oferta de curso do IFAL Pin	38
Quadro 2 – Formulário final PIBIT	42
Quadro 3 – Formulário final PIBIC	43
Quadro 4 – Matriz de validação/amarração	45
Quadro 5 – Modelo de formulário 1	47
Quadro 6 – Modelo de formulário 2	50
Quadro 7 – Modelo de formulário 3 – PIBIC	52
Quadro 8 – Modelo de formulário 3 – PIBIT	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFAL	Instituto Federal de Alagoas
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
PROFNIT	Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
IFAL Pin	Instituto Federal de Alagoas campus Palmeira dos Índios
PI	Propriedade Intelectual
ETFAL	Escola Técnica Federal de Alagoas
CEFET-AL	Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
PRPPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PROEX	Pró-Reitoria De Extensão
PIBIC	Programa de Bolsas Institucionais de Iniciação Científica
PIBIT	Programa de Bolsas Institucionais de Iniciação Tecnológica
ICT	Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PD&I	Pesquisa, desenvolvimento e inovação

SUMÁRIO

FOLHA DE APROVAÇÃO	4
ACOMPANHAMENTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM CAMPI FORA DE SEDE: ESTUDO DE CASO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	4
Dissertação aprovada em 28 de junho de 2023.....	4
1 APRESENTAÇÃO	12
2 INTRODUÇÃO.....	14
3 JUSTIFICATIVA.....	16
3.1.1 Lacuna a ser preenchida pelo TCC	16
3.1.2 Aderência ao PROFNIT.....	17
3.1.3 Impacto	17
3.1.4 Aplicabilidade.....	18
3.1.5 Inovação	18
3.1.6 Complexidade	18
4 OBJETIVOS.....	19
4.1 Objetivo geral	19
4.2 Objetivos específicos.....	19
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
5.1 Da Propriedade Intelectual	20
5.1.1 Das Patentes	21
5.1.2 Das Marcas.....	21
5.1.3 Do Desenho industrial.....	22
5.1.4 Das Indicações geográficas.....	23
5.1.5 Concorrência desleal.....	23
5.1.6 Da proteção sui generis.....	24
5.1.7 Dos direitos autorais e dos programas de computador	26
5.1.8 Outras formas de proteção	28
5.2 Da Inovação	29
5.2.1 Cenário legal da inovação no Brasil	30
5.3 Da Gestão da Inovação Tecnológica e o Núcleo de Inovação Tecnológica.....	31
5.4 Instituto Federal de Alagoas	34
5.4.1 IFAL PIn	37
6 METODOLOGIA	43
6.1 Lista das etapas metodológicas	43
6.2 Descrição detalhada de cada etapa metodológica	43
6.3 Matriz de validação/amarração.....	44
7 RESULTADOS	45
8 DISCUSSÃO.....	57

9 IMPACTOS.....	58
10 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC	59
11 CONCLUSÃO	59
12 PERSPECTIVAS FUTURAS.....	60
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE A – Matrix FOFA (SWOT)	64
APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS	65
APÊNDICE D – PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO	67

1 APRESENTAÇÃO

No ano de 2013, duas jovens inventoras criaram um tijolo ecológico feito das cinzas da cana de açúcar, no Instituto Federal de Alagoas, campus Palmeira dos Índios, o qual era não poluente, era mais resistente que os demais tijolos tradicionais e o seu custo de produção era mais barato, além de ofertar destinação para as cinzas da cana - um importante produto da economia alagoana.

As jovens inventoras viajaram para os Estados Unidos da América, para apresentar a inovação e foram premiadas na ocasião, bem como foram escolhidas e premiadas como jovens inventoras pelo programa brasileiro de televisão: “Caldeirão do Huck”.

No entanto, ao se realizar uma busca junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) foi possível constatar que não houve registro de nenhuma patente acerca desse invento. Ao se realizar uma busca no portfólio de tecnologias da instituição, também não se logrou êxito em encontrar quaisquer informações sobre o invento. De forma que há apenas uma menção à época, na parte de notícias e outra na parte de projetos (nome da pesquisa e das pesquisadoras) no website do campus.

Como se nota, desse singelo exemplo, o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), no escopo de seus programas de iniciação científica e tecnológica é um importante *stakeholder* da inovação no estado de Alagoas, com potencial para desenvolver conhecimento e produtos relevantes para a sociedade local, desde o campus da capital até aqueles localizados no interior do estado.

Para entender o fluxo de gestão da propriedade intelectual (PI) e da inovação no IFAL, foi realizado um estudo de campo, no campus Palmeira dos Índios – berço dos mencionados tijolos, de modo que tal pesquisa revelou que há apenas um núcleo de inovação tecnológica (NIT) responsável para atender toda a instituição e que cada unidade do instituto contava com uma coordenação que realizava o acompanhamento direto dos projetos. Partindo desse pressuposto, foi investigado o processo interno de gestão, realizado pela coordenação.

A partir dessa investigação, foi vislumbrada a possibilidade de propor uma intervenção que facilitasse o acompanhamento dos projetos de iniciação científica e tecnológica, por meio de uma metodologia a ser implementada no fluxo já existente.

A inovação proposta se concretiza a partir de formulários, destinados aos pesquisadores, cuja sua análise fornecerá informações, as quais auxiliarão a

coordenação na sua etapa de triagem e, conseqüentemente, na sua função de acompanhamento dos projetos, criando também uma base de dados para subsidiar futuras estratégias de fomento à inovação.

Para planejar esta intervenção foram realizadas pesquisas: bibliográfica, documental e exploratória, na intenção de consolidar o entendimento sobre a instituição, a propriedade intelectual e a inovação.

Dessa maneira, espera-se que a intervenção proposta possa ser implementada no fluxo de trabalho das coordenações de pesquisa, pós-graduação e inovação e do NIT do IFAL por meio das Pró-reitorias da instituição e que essa inovação possa contribuir para otimizar o trabalho da coordenação, bem como do NIT. Proporcionando, assim, uma visão precoce dos projetos com potencial de inovação, direcionando a eles o acompanhamento necessário.

2 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma inovação, a ser implantada no processo de acompanhamento dos programas de iniciação científica de pesquisa e de inovação do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), para projetos que se desenvolvam fora da sede do instituto.

A motivação para este trabalho se deu a partir da observação do Instituto Federal de Alagoas, enquanto ambiente de inovação no estado e da análise do marco legal da inovação, o qual instituiu o Núcleo de Inovação Tecnológica como um articulador do incentivo à inovação nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação.

Observou-se que a Lei alocou nesse núcleo a missão de fomentar a inovação, dentre outras formas, através da proteção da propriedade intelectual e do acompanhamento de pesquisas com produtos de inovação tecnológica. Nesse passo, se percebeu, através da investigação realizada, que o IFAL conta com um único núcleo central para coordenar esse acompanhamento.

Assim sendo, se elegeu um campus descentralizado para explorar como se procede o acompanhamento dos projetos dos quais podem se originar produtos tecnológicos ou conhecimento protegido como propriedade intelectual. Para tanto, o campus da cidade de Palmeira dos Índios foi escolhido, por ser um importante ambiente inovador do agreste alagoano.

Ao se analisar a estrutura do referido campus, se percebeu que a gestão da inovação e da propriedade intelectual são funções da coordenação de pesquisa, pós-graduação e inovação e que os projetos da instituição são executados nos programas de iniciação científica e tecnológica, os quais são acompanhados pela mesma coordenação.

Dessa forma, com base na análise do procedimento de acompanhamento dos projetos pela coordenação, percebeu-se que é possível tornar o acompanhamento desses projetos mais eficiente e mais alinhado como as missões estabelecidas no Marco Legal da Inovação.

A construção dessa proposta de inovação no procedimento mencionado demandou uma vasta pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, sobre conceitos e características relativos à propriedade intelectual, à inovação, à gestão e

ao IFAL, como se apresenta nas sessões seguintes, bem como são apresentados como resultados a metodologia aqui proposta.

3 JUSTIFICATIVA

3.1.1 Lacuna a ser preenchida pelo TCC

O Instituto Federal de Alagoas possui 16 campi em 15 municípios alagoanos, ofertando oportunidades de ensino de níveis: técnico, superior e pós-graduação.

No âmbito dos programas de iniciação científica e tecnológica, ofertados nos campi, são desenvolvidas pesquisas e, por conseguinte, conhecimento e produtos, que podem ter um potencial para a prospecção de parceiros externos e ser suscetíveis à proteção, com a capacidade de promover transformações que beneficiem à sociedade, ao pesquisador e ao campus.

No entanto, apesar da pluralidade de campi, existe apenas um NIT, para atender todas as demandas afetas a essa pasta. Essa complexa tarefa é exercida com a colaboração das coordenações de pesquisa, pós-graduação e inovação alocadas em cada campus, com o apoio de poucos colaboradores.

A pessoa que exerce a função de coordenador é um servidor, técnico ou docente, que cumula a coordenação com sua função típica na instituição, ou seja, a coordenação fora da sede, dispõe de poucos colaboradores, com tempo reduzido para exercer suas atividades de gestão, quer seja no acompanhamento dos projetos em cursos, quer seja no planejamento de estratégias que incentivem a inovação no campus.

Assim sendo, percebe-se a necessidade de se utilizar uma metodologia eficaz, apta a acompanhar os projetos em andamento, sob a égide da coordenação, que possa auxiliar na triagem de projetos com potencial para inovação, a qual também oferte dados, que possam ser usados para o planejamento de estratégias futuras de fomento à inovação, no campus pela coordenação e nos campi pelo NIT.

Com base na pesquisa exploratória e documental realizadas, percebeu-se que a atual estratégia de gestão dos programas de iniciação científica e tecnológica não é suficiente para ofertar à coordenação e ao NIT os dados necessários, para a realização de uma triagem sobre quais projetos podem gerar produtos inerentes à PI ou à Inovação, tampouco a base de dados, que é gerada a partir dos relatórios parciais e finais, oferece informações específicas sobre os produtos dos projetos.

Por todo exposto, e com fulcro na linha de atuação desse programa, esse trabalho encontra sua motivação no cenário apresentado e na sua possibilidade de

propor uma melhoria no importante processo de gestão realizado por esses atores.

3.1.2 Aderência ao PROFNIT

Segundo o art. 1º, parágrafo único, do regimento nacional do programa, observa-se que

O Mestrado Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Núcleos de Inovação Tecnológica oferta um Curso na modalidade de Mestrado Profissional, destinado à formação de agentes multiplicadores e pesquisadores na área de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica, de forma relevante e articulada com a atuação de Núcleos de Inovação Tecnológica das organizações e ambientes promotores da Inovação, como definidas pela Lei 10.973/2004 e demais instrumentos legais vigentes. (FORTEC, 2022, grifo nosso) .

Assim sendo, depreende-se que a essência do programa consiste no desenvolvimento de propostas voltadas às organizações e ambientes promotores de inovação, sobretudo através da atuação dos Núcleos de Inovação tecnológica.

Com efeito, a presente intervenção é direcionada ao IFAL, que é reconhecidamente uma organização promotora de inovação no referido estado, com base em uma proposta de melhoria na estratégia de gestão do acompanhamento dos programas de iniciação científica, junto NIT da instituição.

Dessa maneira, vislumbra-se a adequação da proposta ao programa.

3.1.3 Impacto

A presente pesquisa é uma demanda espontânea, que teve seu impacto validado pela coordenação do campus IFAL PIn, objeto de estudo, e pelo NIT do IFAL, os quais validaram as hipóteses e colaboraram com a pesquisa.

Tendo em vista que se almeja promover uma inovação de processo interno de gestão da PI no IFAL, a priori, o impacto inicial será observado dentro da instituição, com a maior eficiência do setor, com a expansão da base de dados sobre os projetos realizados e com otimização do tempo de triagem acerca dos projetos com potencial à inovação ou inerentes à proteção da PI.

Ademais, o maior acompanhamento dos projetos pode dar visão ao conhecimento e aos produtos desenvolvidos nos campi e agregar valor também a sociedade, ao pesquisador e à instituição.

3.1.4 Aplicabilidade

A intervenção proposta neste trabalho é uma metodologia com potencial para ser aplicada em toda rede dos Institutos Federais de Alagoas.

Destaca-se que a mencionada intervenção foi elaborada no sentido de não onerar o orçamento do IFAL e que não aumentasse as formalidades burocráticas para os pesquisadores: orientandos e orientadores. De modo que a equipe da coordenação local de cada campus fosse suficiente para realizar a análise dos dados, sem a assunção de novos encargos.

Assim sendo, propõe-se uma intervenção de fácil implementação, sem custo orçamentário, que otimiza o acompanhamento da inovação resultante dos projetos de iniciação científica e tecnológica do IFAL.

3.1.5 Inovação

A inovação, em linhas gerais, pode ser entendida como a ação ou ato de inovar, podendo ser uma modificação de algo já existente ou a criação de algo novo. Considerando a amplitude deste critério, pode-se considerar que a intervenção proposta é uma produção com médio teor inovativo, visto que consiste na adaptação de conhecimento existente.

Segundo o Manual de Oslo (1997), apresenta-se aqui uma inovação de processo.

3.1.6 Complexidade

Trata-se de uma produção com baixa complexidade, porquanto resulta de desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Contribuir para a gestão dos programas de iniciação científica e da transferência de tecnologia nos campi fora de sede do Instituto Federal de Alagoas.

4.2 Objetivos específicos

- a) Explorar a produção científica acerca da proteção de propriedade intelectual e da inovação no Brasil;
- b) Analisar como a PI e a inovação são incorporadas nos programas de iniciação científica do IFAL;
- c) Propor uma inovação no processo de acompanhamento dos programas de iniciação científica da instituição, a fim de promover o incentivo à produção do conhecimento e sua melhor gestão.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Da Propriedade Intelectual

A expressão propriedade intelectual é uma denominação ampla e complexa de proteção do conhecimento produzido pela expertise humana, o qual se subdivide em várias espécies, com características distintas e formas de proteção próprias.

No Brasil, com fulcro na legislação vigente, a PI consiste na proteção dos direitos autorais, da propriedade industrial e na proteção sui generis. “O direito autoral abarca o direito de autor, programa de computador e direitos conexos” (SANTOS et al., 94,2018). Já a proteção da propriedade industrial, segundo a Lei nº 9.279, 1996, art. 2º, se dá, além da proteção do segredo do negócio, a partir da: I - concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; II - concessão de registro de desenho industrial; III - concessão de registro de marca; IV - repressão às falsas indicações geográficas; e V - repressão à concorrência desleal (BRASIL, 1996).

Por sua vez, a proteção sui generis encontra-se tipificada num conglomerado de leis das quais se pode destacar: a Lei nº 11.484/2007 (Proteção à Propriedade Intelectual das Topografias de Circuitos Integrados), a Lei nº 9.456/1997 (Lei de Proteção de Cultivares), a Medida Provisória nº 2.186-16/2001, o Decreto nº 5.459/2005 e Decreto nº 3.945/2001.

Essa proteção consiste na proteção da topografia de circuitos integrados, de novas variedades de plantas e da proteção do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado. Não obstante, a proteção da propriedade intelectual também está prevista na pedra angular do ordenamento jurídico brasileiro, na Constituição Federal do Brasil de 1988, enquanto rol de Direitos da Pessoa Humana, ou seja, no art. 5º, incisos XXVII, XXVIII e XXIX.

Assim sendo, nas sessões seguintes, serão apresentadas as características necessárias à concessão de cada tipo de proteção, de acordo com a lei e com a doutrina, a fim de subsidiar a metodologia a ser proposta neste trabalho.

5.1.1 Das Patentes

A concessão de patentes é uma importante forma de incentivar a atividade inventiva, garantindo àquele que desenvolveu um invento útil à sociedade a sua justa remuneração, por meio do seu uso exclusivo, por uma fração determinada de tempo. Nesse sentido, atesta Santos et al. (2018) que “As patentes constituem títulos de propriedade temporária outorgado pelo Estado aos inventores/depositantes em relação a sua invenção [...]” (p.94).

Assim sendo, a proteção patentária é cabível, respectivamente, conforme os arts. 8º e 9º da Lei nº 9.279/1996, “às invenções que atendam aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial” (BRASIL, 1996) e aos modelos de utilidade que são “objetos de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação” (BRASIL, 1996).

Além dos requisitos de admissibilidade mencionados, outros critérios também são relevantes para a concessão de uma patente, visto que não é suscetível de proteção patentária as invenções ou modelos de utilidade, as quais se enquadrem no art. 18 da Lei nº 9.279/1996, assim como não serão consideradas invenções ou modelos de utilidade a situações elencadas no art. 10, da mesma Lei.

No Brasil, os pedidos de concessão de patente são recebidos e analisados pelo Instituto Nacional Da Propriedade Industrial (INPI). Após a análise do pedido, se concedida, a patente de invenção terá duração de 20 anos e a patente de modelo de utilidade perdurará por 15 anos, contados a partir da data do depósito, nos moldes da Lei.

Decorridos os prazos acima ou ocorrendo: renúncia, caducidade, falta de pagamento da retribuição anual, inobservância dos ditames do art. 217, extingue-se a patente, encerrando o monopólio. Assim sendo, o objeto cai em domínio público.

5.1.2 Das Marcas

“Em uma perspectiva histórica, marca, signo e linguagem se confundem em um cenário em que a humanidade, desde sempre, buscou significar o mundo e sua própria existência” (SANTOS, et al., 2018, p. 148). Em uma visão de mercado, os elementos de distinção são ainda mais importantes, porquanto o valor do próprio produto é

auferido com base no valor que os seus símbolos identitários albergam em si.

Como destaca Santos et al. (2018). “as marcas são determinantes como instrumentos voltados para a representação diferencial de produtos e serviços” (p.149). Por essa razão, também encontram proteção legal na Lei nº 9.279/96, que as define como sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais. (BRASIL, 1996).

A mencionada Lei distingue os tipos de marca em: marca de produto ou serviço, marca de certificação e marca coletiva, bem como proíbe os registros de marca nas situações do art. 124. Ademais, também há previsão de proteção das marcas de alto renome e das notoriamente conhecidas.

Assim como as demais proteções citadas, quem recebe e analisa os pedidos de registro de marcas no Brasil é o INPI. No entanto, diferentemente das outras espécies de proteções da propriedade industrial, a proteção das marcas pode ser indefinidamente prorrogada, desde que seja realizado o pedido e que sejam atendidos os requisitos legais, sempre por períodos de 10 anos sucessivos. Dessa forma, extingue-se o registro das marcas: pela renúncia do titular, pelo término do prazo de vigência, pela caducidade e pela inobservância do disposto no art. 217 (BRASIL, 1996).

5.1.3 Do Desenho industrial

Os desenhos de aplicação industrial também são suscetíveis à proteção, a qual assegura ao criador do desenho a exclusividade no seu uso. Entende-se por desenho industrial, conforme o art. 95 da Lei nº 9.279/26:

a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial (BRASIL, 1996).

Para que seja considerado novo, o desenho não pode estar compreendido no estado da técnica, ou seja, publicizado antes do pedido de proteção, salvo as exceções legais. Quanto ao critério de originalidade, será original o desenho “quando dele resulte uma configuração visual distintiva, em relação a outros objetos anteriores” (BRASIL, 1996). E não será considerado desenho industrial aquele que tiver caráter puramente artístico.

Os pedidos de registro são recebidos pelo INPI, o qual poderá conceder a proteção mediante a análise dos critérios legais e da documentação inerente ao pedido. Caso concedido o registro, a proteção no país terá duração de 10 (dez) anos, contados da data do depósito, prorrogáveis por até 3 períodos de 5 anos cada.

O registro será extinto quando expirar o prazo de vigência do registro ou quando o titular renunciar os seus direitos. Também acontecerá a extinção do registro se ocorrer a falta do pagamento da retribuição prevista na lei, pela inobservância do disposto no art. 217 da Lei nº 9.279/96 (BRASIL, 1996).

5.1.4 Das Indicações geográficas

Há produtos que carregam em si características únicas, em razão de sua procedência, e gozam de maior valor dada a reputação de sua origem. Essas características, para além da marca, agregam valor social e econômico aos produtos, motivo pelo qual a lei também protegeu, enquanto propriedade industrial, as indicações geográficas.

Segundo a legislação, as indicações geográficas podem ser de dois tipos: indicação de procedência ou a denominação de origem, sendo aquela destinada a proteger “o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço” (BRASIL, 1996) e essa correspondente a proteção do “nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, [...]” (BRASIL, 1996).

A legislação foi silente quanto aos requisitos da concessão da proteção por indicação geográfica e o seu prazo de vigência, estabelecendo apenas que o INPI seria o responsável por instituir os requisitos para o registro. Dessa forma, conclui-se que o prazo de vigência dos direitos inerentes a registro é o prazo de existência do próprio produto ou serviço reconhecido e os requisitos para a sua concessão encontram-se previstos na Portaria INPI/PR nº 4, de 12 de janeiro de 2022.

5.1.5 Concorrência desleal

A cadeia de produção de produtos e de oferta de serviços é precipuamente competitiva. Com a proteção da propriedade industrial, essa competitividade fica ainda mais aguçada. Dessa forma, o esforço de empresas do mesmo setor em obter êxito sobre a outra estimula a inovação, porquanto novas ideias e a qualidade de produtos e serviços estão sempre sendo buscados.

No entanto, algumas condutas anticompetitivas podem ser desempenhadas por empresas do mesmo segmento causando prejuízo à livre concorrência. Por essa razão, a legislação pátria veda as práticas desonestas, as quais prejudiquem os concorrentes, os consumidores e o interesse público em geral.

Segundo o Manual de propriedade intelectual do CDTN (s/d, p. 26), os atos de concorrência desleal são:

- Causar confusão, ou seja, o demandante de produtos ou serviços fica na dúvida da semelhança dos produtos relativa à aparência e origem comercial para diferenciar produtos e serviços;
- Induzir ao erro, ou seja, a criação de uma falsa impressão dos próprios produtos ou serviços;
- Desacreditar os concorrentes, ou seja, alegação falsa que faça referência a um concorrente e que possa prejudicar seu conceito comercial;
- Divulgar informação sigilosa, tais como segredos de negócio ou know how;
- Tirar vantagem das realizações de terceiro (parasitismo);
- Propaganda comparativa.

Quem incorre nessas condutas pratica crime elencado na Lei nº 9.279/1996, em seu art. 195, podendo ser punido – caso de condenação - com Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa, não obstante às sanções cíveis e demais esferas cabíveis.

5.1.6 Da proteção sui generis

Agrupa-se no escopo dos direitos sui generis, a proteção da topografia de circuitos integrados, de novas variedades de plantas e da proteção do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

De acordo com a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007:

- I – circuito integrado significa um produto, em forma final ou intermediária, com elementos dos quais pelo menos um seja ativo e com algumas ou todas as interconexões integralmente formadas sobre uma peça de material ou em seu interior e cuja finalidade seja desempenhar uma função eletrônica;
- II – topografia de circuitos integrados significa uma série de imagens

relacionadas, construídas ou codificadas sob qualquer meio ou forma, que represente a configuração tridimensional das camadas que compõem um circuito integrado, e na qual cada imagem represente, no todo ou em parte, a disposição geométrica ou arranjos da superfície do circuito integrado em qualquer estágio de sua concepção ou manufatura.

O INPI é o responsável por processar e deliberar sobre o pedido de registro, o qual pode ser feito pelo criador, desde que a topografia que seja original, , portanto resultante do esforço intelectual do seu criador ou criadores e que não seja comum ou vulgar para técnicos, especialistas ou fabricantes de circuitos integrados, no momento de sua criação (BRASIL, 2007).

O prazo de vigência da proteção é de 10 anos, contados da data do depósito ou da primeira exploração e extingue-se através da expiração do prazo de vigência ou da renúncia do titular. Extinta a proteção, o objeto cai em domínio público.

No que tange à proteção das novas variedades de plantas, estabelece a Lei nº 9.456/1997 a proteção das cultivares, promovendo o incentivo e a proteção dos criadores de novas variedades de plantas, lhes garantindo o uso exclusivo de suas criações. Dessa maneira, segundo o art. 4º da referida lei, é passível de proteção a nova cultivar ou a cultivar essencialmente derivada, de qualquer gênero ou espécie vegetal (BRASIL, 1997).

A proteção das cultivares dura 15 ou 18 anos, contados a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, a depender do gênero da planta e extingue-se, segundo o art. 40, a proteção da cultivar: pela expiração do prazo, pela renúncia do respectivo titular ou de seus sucessores, pelo cancelamento do Certificado de Proteção (BRASIL, 1997). Ao fim da proteção, o objeto cai em domínio público.

Por fim, no que tange a proteção dos Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado, observa-se que a lei não se excusou em proteger a biodiversidade e os conhecimento tradicionais, os quais cada vez mais vem ganhando protagonismo na agenda da inovação.

Como aponta Barbosa (2010, p.684), a Constituição Federal assegura a proteção da meio ambiente, da biodiversidade natural e do patrimônio genético do país. No obstante, a proteção a proteção constitucional dessa riqueza, a Medida Provisória nº2.186-16 de 23 de agosto de 2001 estabelece diretrizes de proteção específica, vindo a conceituar em seu art. 7º:

- I - patrimônio genético: informação de origem genética, contida em amostras do todo ou de parte de espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, na forma de moléculas e substâncias provenientes do metabolismo destes seres vivos e de extratos obtidos destes organismos vivos ou mortos, encontrados em condições in situ, inclusive domesticados, ou mantidos em coleções ex situ, desde que coletados em condições in situ no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- II - conhecimento tradicional associado: informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético;

Nesse passo, é possível perceber que essa proteção visa a garantia ao respeito aos povos originários e às riquezas biológicas do país assegurando a sua utilização de forma justa e compatível com a função social.

5.1.7 Dos direitos autorais e dos programas de computador

No âmbito da legislação brasileira, a proteção dos direitos autorais, em vigor, está preconizada na Lei nº 9.610/98 (BRASIL, 1998b). Assim sendo, pertencem ao escopo de proteção legal, conforme a referida lei Art. 7º:

[...] as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

- I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- II - as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições musicais, tenham ou não letra;
- VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - os programas de computador;
- XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

Nos moldes da lei, os criadores das obras são os titulares dos direitos inerentes às suas criações, portanto, possuem a exclusividade de sua utilização, pelo prazo de sua vida, além de mais 70 anos, contados após 1º janeiro subsequente a sua morte,

em proveito de seus sucessores.

Acerca dos direitos do titular, Lemos (2011) aponta que:

O autor é titular, na verdade, de dois feixes de direitos. Um deles diz respeito aos direitos morais, que seriam uma emanção da personalidade do autor e que estão intimamente ligados à relação do autor com a elaboração, divulgação e titulação de sua própria obra. O outro se refere aos direitos patrimoniais, que consistem basicamente na exploração econômica das obras protegidas (p.35).

Como se nota, a legislação (art. 22) assegura a proteção dos direitos morais e patrimoniais ao autor, esses últimos estão previstos no art.28 e seguintes, já os primeiros no art. 24. Ao contrário da propriedade industrial, na qual o registro é imprescindível para a concessão da proteção, os direitos autorais prescindem registro, para que possam ser reivindicados.

No que diz respeito ao programa de computador, embora sua proteção tenha natureza de direito autoral no Brasil, ele está previsto em legislação própria com características e tempo de vigência distintos.

O programa de computador é protegido pela Lei nº 9.609/1998, a qual atesta em seu art. 1º que:

Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados (BRASIL, 1998a).

Nesse passo, ressalte-se que mesmo estando no escopo do direito autoral, a proteção do programa de computador não abrange os direitos morais e tem sua vigência pelo prazo de 50 anos, contados a partir do primeiro de janeiro seguinte a sua publicação.

Da mesma forma que as obras de direito autoral independem de registro para sua proteção, assim também é com os programas de computador. No entanto, em um eventual conflito de reivindicação de titularidade, é imprescindível fazer prova da data de criação da obra, por isso é aconselhável, embora facultativo, que seja feito o registro perante a instituição cabível.

A competência do registro das obras protegidas pelo direito autoral varia a depender da natureza da obra que se deseja proteger, podendo o mencionado registro

ser realizado pela Biblioteca Nacional, pela Escola de Belas Artes/UFRJ, pela Agência Nacional de Cinema (Ancine), dentre outras, ficando o registro dos programas de computador sob a responsabilidade do INPI.

5.1.8 Outras formas de proteção

A concessão de patentes, o registro de marcas e as demais formas de proteção até aqui apresentadas consistem em instrumentos legais que asseguram os direitos dos criadores sobre suas criações e lhes garantem uma retribuição moral e patrimonial. No entanto, há outras formas de conhecimento, que também recebem a proteção legal, visto que oferecem vantagens competitivas a quem as detenha, agregando valor a produtos e processos no âmbito empresarial. Nesse sentido, destaca-se o know-how e o segredo industrial.

Observa-se que, o escopo de proteção do conhecimento visa prestigiar e remunerar o criador, mas também estimular o alcance da sociedade às novas formas de conhecimento, porquanto a maior parte das proteções expiram e, assim, obras, produtos e processos vêm a cair em domínio público.

Por essa razão, as empresas, quando não desejam que seus produtos ou conhecimentos venham a cair em domínio público, preferem preservar as informações sobre processos ou produtos por meio do segredo industrial ou segredo de negócio. Dessa forma, as empresas protegem seus segredos das concorrentes, pela via contratual, sem a limitação legal de tempo. O segredo industrial encontra respaldo na Lei 7.279/1996, em seu art. 195, a qual, inclusive, criminaliza a utilização ou divulgação de informações confidenciais utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços.

Ainda no que tange as formas de proteção do conhecimento, destaca-se o Know-how. Segundo Barbosa (2010, p. 627) “O know how é, assim, o corpo de conhecimentos, técnicos e de outra natureza, necessários para dar a uma empresa acesso, manutenção ou vantagem no seu próprio mercado”. Dessa forma, se concretiza na transmissão desses conhecimentos de uma empresa para outra, através da via contratual. O valor, o tempo e as condições do contrato são estabelecidos caso a caso, conforme o acordo das partes.

5.2 Da Inovação

O conceito de inovação é bastante abrangente e está relacionado às mudanças desenvolvidas pelo ímpeto humano, tendo ou não conotação econômica, por isso se fala em inovação social, pessoal, tecnológica, governamental.

Para fins deste trabalho, interessa apenas a inovação tecnológica. Nesse sentido, impende o Manual de Oslo (1992, p. 55):

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Por isso, considera-se inovação tecnológica desde o melhoramento de produtos, serviços e processos já existentes até a criação de novos, que possam ser implantados no mercado e causar transformação no local de sua implementação.

O referido manual diferencia quatro tipos de inovação, quais sejam: inovação de produto, de processo, de marketing e organizacional. A inovação de produto consiste em “[...] a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos” (OCDE, 1997, p.57). Já a inovação de processo “[...] é a implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares” (OCDE, 1997, p.58).

Nesse ponto, cabe ressaltar, com base no Manual de Oslo (1997), que a inovação de processo tem por intenção otimizar os custos de produção e melhorar a qualidade dos produtos produzidos. Ademais, esse tipo de inovação abrange a utilização de novas técnicas ou substancialmente melhoradas, a fim de melhorar a eficiência de atividades de suporte.

No que tange às inovações de marketing, estabelece o Manual que trata-se de uma “[...] implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços” (OCDE, 1997, p.59). Por fim, tem-se a inovação organizacional que consiste em uma “[...] implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas” (OCDE, 1997, p.61).

Além dos diferentes tipos de inovação, também é salutar destacar algumas características da inovação. Nesse sentido, Peter F. Drucker (2016) infere que: 1. A inovação começa com a análise das oportunidades; 2. É imprescindível considerar tantos os aspectos analíticos como os perceptuais; 3. “Uma inovação para ser eficaz precisa ser simples [...]” (DRUCKER, 2016, p. 190); 4. “As inovações eficazes começam pequenas.” (DRUCKER, 2016, 191).

A partir desses breves apontamentos, se debruça - nas seções seguintes - sobre a discussão da inovação no Brasil e a importância dos Núcleos de Inovação Tecnológicas para o fomento à inovação em Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) públicas.

5.2.1 Cenário legal da inovação no Brasil

O Estado influencia determinada agenda através de leis, decretos e políticas públicas e com o desenvolvimento da temática da inovação no Brasil não foi diferente. Observa-se que o art. 218, caput, da Constituição Federal de 1988 previu que o Estado incentivará e promoverá a inovação e para concretizar esse compromisso estabelecido pelo constituinte foram criadas leis e decretos. Por essa razão, destaca-se a seguir alguns marcos legais relevantes no cenário legal da inovação no país.

- Em 2004 ingressou no ordenamento jurídico a “Lei de Inovação” - a Lei 10.973/04 - que versava sobre os incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.
- Em 2005, a Lei 11.196/05 criou incentivos fiscais para as empresas, a fim de estimular o investimento em Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).
- Já em 2007, a Lei 11.540/07 estabeleceu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).
- Em fevereiro de 2015, a Emenda Constitucional nº 85 concede à inovação o status de norma constitucional, reconhecendo seu papel de impulsionadora do desenvolvimento econômico e social do país.
- Em janeiro de 2016, a Lei nº 13.243 conhecida como o Novo Marco Legal da Inovação, entra em vigor.
- Por fim, o Decreto nº 9.283/2018 regulamentou a Lei 13.243/16, criando medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Pelo exposto, se observa que o decurso do tempo trouxe o amadurecimento da postura do Estado brasileiro em relação ao cenário de inovação nacional, visto que o desenvolvimento do país é diretamente proporcional ao desenvolvimento do ecossistema inovativo.

As iniciativas legais apresentadas criaram salvaguardas, políticas de incentivo, fomento e estratégias de gestão do processo criativo, que são interpretadas e aplicadas de forma sistemática, desde as instituições públicas de pesquisa e de desenvolvimento até as instituições privadas de mesma natureza.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que inaugura um compêndio de normas que se dispõe a criar conceitos de termos essenciais ao ecossistema da inovação. Princípios que funcionam como comandos de otimização, os quais guiam a criação de normas jurídicas e conduzem a atividade hermenêutica, além de instaurar diretrizes de incentivo, fomento e gestão da inovação.

Nesse mesmo relevo, se sobressai também a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, a qual ficou conhecida como novo marco legal da inovação, alterando a Lei nº 10.973 para coaduná-la com a Emenda Constitucional nº 85 e com os novos interesses sociais relativos à inovação.

Por fim, destaca-se que esse arcabouço legal prestigiou a ideia de gestão, enquanto prática de incentivo à inovação, sobretudo através da previsão legal dos NIT. Assim sendo, se passa a tratar disso a seguir.

5.3 Da Gestão da Inovação Tecnológica e o Núcleo de Inovação Tecnológica

A noção de gestão se inicia na literatura relacionada com uma ideia de controle interno, ou seja, atos de gestão eram ações que coordenavam pessoas e processos dentro de uma instituição, a fim de obter o melhor êxito em relação aos resultados esperados.

No entanto, o novo paradigma de gestão prelecionado por Peter Drucker (2008) a traduz como um órgão específico e distinto em toda organização com foco no cenário interno e externo da mesma. Nesse sentido, afirma Peter Drucker (2008) que “O interesse e a responsabilidade da gestão é tudo o que afeta o desempenho da instituição e os seus resultados quer seja no interior, no exterior, quer esteja sob o controle da instituição ou totalmente além dele”(p.109).

Aqui entende-se oportuno distinguir o planejamento estratégico da gestão. Idalberto Chiavenato Arão Sapiro (2004) define planejamento estratégico como “um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção da organização e de sua missão no ambiente em que ela está atuando” (p.39), mais a frente, ele complementa afirmando que “O planejamento estratégico está relacionado com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo que afetam a direção ou a viabilidade da empresa” (p.39).

Dessa forma, se percebe que o planejamento estratégico está relacionado ao plano da instituição a longo prazo, não comportando as ações cotidianas e imediatas. Ele é o roteiro que conduz, através do tempo, a instituição para aonde ela quer chegar. Já a gestão, para Drucker (2008), “é tudo o que afeta o desempenho da instituição e os seus resultados quer seja no interior, no exterior, quer esteja sob o controle da instituição ou totalmente além dele”(p.109), ou seja, comporta todos atos da instituição: os de planejamento e os de execução das atividades. Compreendida a noção de gestão se passa tratar de sua importância para as instituições científicas tecnológicas e de inovação (ICTs).

As ICTs são importantes vetores de inovação e o desenvolvimento de suas atividades está diretamente ligado à existência de uma gestão estratégica de incentivo à inovação e da proteção da PI. A propriedade intelectual e a Inovação são insumos para o crescimento de qualquer instituição, de forma que ambas conseguem transformar essas instituições em organizações inovadoras, quando bem gestadas e incentivadas. Nesse sentido, Peter Drucker (2008) destaca a importância da gestão como um fator crítico e determinante para a subsistência de qualquer instituição, empresarial ou não, porquanto ela tem a função de tornar as pessoas envolvidas mais capazes para o trabalho, os pontos fortes mais eficientes e os fracos irrelevantes.

Dessa maneira, reconhecendo ICTs como relevantes para cenário da inovação do país e sabendo que uma melhor articulação da gestão dos insumos da inovação era necessária para fomento da inovação no país, os Núcleos de Inovação Tecnológica foram criados por força da Lei, conforme se dispõe a seguir:

Art. 16. Para apoiar a gestão de sua política de inovação, a ICT pública deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica, próprio ou em associação com outras ICTs. (Redação pela Lei nº 13.243, de 2016);

§ 1º São competências do Núcleo de Inovação Tecnológica a que se refere o caput, entre outras: (Redação pela Lei nº 13.243, de 2016);

I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das

criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;

III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;

IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;

V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;

VII - desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016);

VIII - desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016);

IX - promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016);

X - negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016);

§ 2º A representação da ICT pública, no âmbito de sua política de inovação, poderá ser delegada ao gestor do Núcleo de Inovação Tecnológica (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016);

§ 3º O Núcleo de Inovação Tecnológica poderá ser constituído com personalidade jurídica própria, como entidade privada sem fins lucrativos (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016);

§ 4º Caso o Núcleo de Inovação Tecnológica seja constituído com personalidade jurídica própria, a ICT deverá estabelecer as diretrizes de gestão e as formas de repasse de recursos (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016);

§ 5º Na hipótese do § 3º, a ICT pública é autorizada a estabelecer parceria com entidades privadas sem fins lucrativos já existentes, para a finalidade prevista no caput. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016) (BRASIL, 2016).

Como se sabe, é inerente ao ambiente acadêmico a produção de diversos saberes, produtos, processos e estratégias, bem como a realização de melhoramentos em obras já idealizadas e desenvolvidas, nos cursos de bacharelado, licenciatura, tecnólogos e assim por diante. Desse modo as instituições de ensino são importantes ICTs, as quais são alcançadas pelo escopo da lei.

Dessa forma, a criação dos NITs nos centros acadêmicos tem a missão, dentre outras, de articular a gestão da propriedade intelectual, que antes restava preterida e a cargo dos próprios pesquisadores e desenvolvedores. Dessa forma, o papel do NIT é singular e possui diversas nuances, desde a capacitação dos pesquisadores dos centros de pesquisa e da oferta de consultoria prévia, até o acompanhamento do processo criativo de produtos específicos e seus consequentes pedidos de proteção.

É oportuno observar que os NITs foram amplamente difundidos nas ICTs públicas, na oportunidade da edição da Lei que os institui, porquanto muito recurso

financeiro foi destinado à implantação dos NITs. No entanto, os recursos necessários à sua manutenção e expansão não fluíram da mesma forma e os reiterados cortes governamentais nas verbas destinadas aos centros acadêmicos públicos federais também reverberam nos NITs.

Como esse trabalho se dedica a investigar o acompanhamento da inovação em um campus fora da sede do Instituto Federal de Alagoas, por conseguinte, ele se debruça justamente em observar o trabalho do NIT da instituição e das coordenações de pesquisa, pós-graduação e inovação, as quais realizam as funções análogas às aqui apresentadas, conforme a Resolução nº 19 /CS de 14 de junho de 2010. Assim sendo, a seção seguinte se dispõe a explicar o Instituto Federal de Alagoas e seu cenário de inovação.

5.4 Instituto Federal de Alagoas

O embrião do Instituto Federal de Alagoas data de 1909, através do Decreto Nº 7.566, o qual criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, na cidade de Maceió, posteriormente passando a se designar Escola Industrial de Maceió e, depois, na Escola Industrial Deodoro da Fonseca.

Em 1968, se transformou em Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL), vindo a se tornar em 1999 Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (CEFET-AL), até finalmente vir a se tornar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IF) ou simplesmente Instituto Federal de Alagoas (IFAL), por força da Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.

Como se depreende da história, o IFAL tem um legado com a educação profissionalizante e técnica no estado de Alagoas que data de mais de um século, com isso, percebe-se a relevância dessa instituição para o desenvolvimento do estado.

Hoje o IFAL dispõe de 16 campi, espalhados em 15 municípios alagoanos, compondo uma complexa e diversa rede de ensino, a qual abrange a formação básica técnica, a subsequente, a superior e a nível de pós-graduação (lato e stricto sensu), como se observa da tabela abaixo.

Tabela 1 - Oferta de cursos no IFAL

Integrado	19 cursos
Subsequentes	10 cursos
Bacharelado	06 cursos
Licenciatura	05 cursos
Tecnólogo	07 cursos
Proeja	07 cursos
Pós – Graduação Stricto Sensu	02 cursos
Pós – Graduação Latu Sensu	09 cursos

Fonte: A autora, 2023

Como se pode observar, é ampla a oferta de cursos da instituição, em vários níveis de ensino. Assim sendo, também é intensa a cadeia produtiva gerada, através da atividade de pesquisa e extensão inerentes à promoção do ensino.

Entende-se por atividade extensionista aquela voltada ao elo entre instituição de ensino e a sociedade, permeando trocas de saberes e o fomento à inovação. Já a atividade de pesquisa está direcionada a produção de conhecimento técnico, capacitação de servidores, promoção de intercâmbio com outros atores promotores de pesquisa e inovação tecnológica.

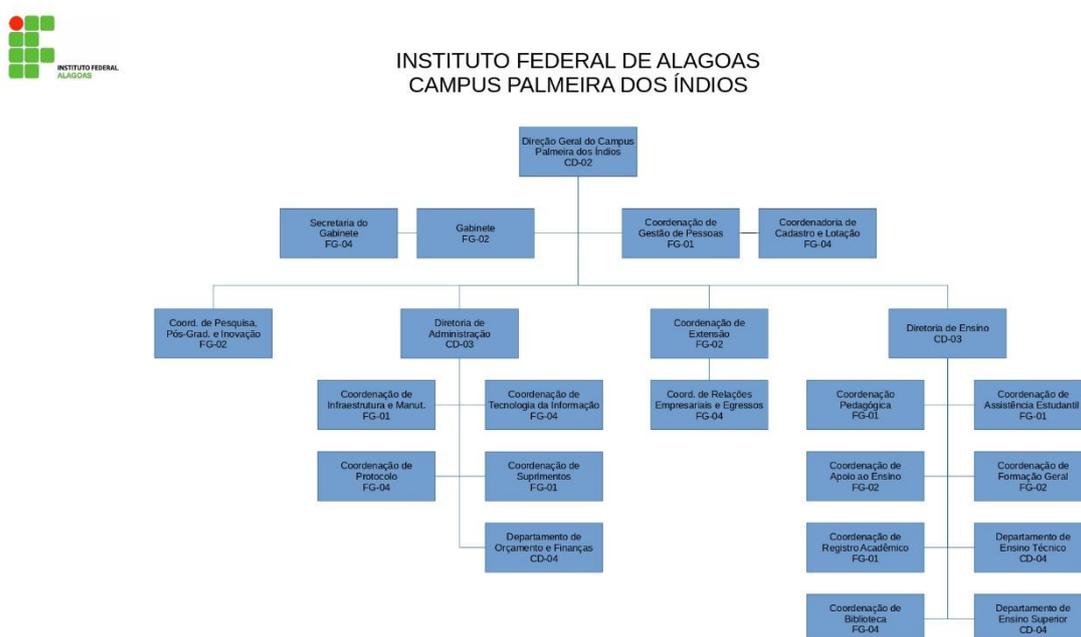
No que tange à extensão, a articulação dessas atividades fica a cargo da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), conforme a Resolução nº 29 de 2021 e do Regimento Interno e as de pesquisa sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPI), sob os ditames da Resolução nº 18/ cs de 2012 e do Regimento Interno. O Núcleo de Inovação Tecnológica, por sua vez, está alocado no escopo da PRPPI e é disciplinado pela Resolução nº 19/cs de 2010.

Segundo essa resolução, compete ao NIT do IFAL, conforme seu art. 1º : estimular a pesquisa de inovação tecnológica e promover a adequada proteção das invenções geradas no âmbito do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e a sua transferência ao setor produtivo, visando a integrá-lo com a comunidade e contribuir para o desenvolvimento tecnológico e social do país.

Além disso, compete exclusivamente ao NIT, consoante o art. 2º, gerir a política de inovação tecnológica do IFAL, a qual consiste - entre outras prerrogativas – no zelo pela adequada proteção das inovações geradas pela comunidade interna e externa (patentes, marcas, direitos autorais, transferência de tecnologia e ações inerentes).

A nível de campus fora da sede, a exemplo do campus de Palmeira dos Índios (IFAL - Pin), a estrutura de acompanhamento dos programas correlatos às atividades de extensão e de pesquisa correspondem, respetivamente, à coordenação de extensão e à coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Já em relação ao Núcleo de Inovação Tecnológica, observa-se que não há equivalente a sua atividade, fora da Reitoria, como se expõe a seguir.

Figura 1 – Organograma do IFAL Pin



Fonte: sítio do IFAL¹

A partir da análise desse organograma e dos documentos institucionais mencionados, é possível notar que a coordenação de pesquisa, pós-graduação e inovação é a responsável, a nível de campus fora da sede, pelo acompanhamento dos projetos com potencial inovador, pois é a coordenação equivalente à pró-reitoria, a qual encampa o NIT da instituição.

Nesse passo, resta claro a amplitude das responsabilidades atribuídas ao NIT, visto que ele detém o monopólio dos pedidos de registro e das iniciativas voltadas ao incentivo à inovação na instituição. Para enfrentar esse hercúleo múnus, o NIT conta

¹ Fonte: https://www2.ifal.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/arquivos/organograma_palmeira.pdf

com apoio das coordenações de pesquisa, pós-graduação e inovação. Porém, é salutar destacar que essas coordenações não possuem uma ampla equipe e quem geralmente está a frente da coordenação assume cumulativamente a sua função típica de ingresso no campus.

Com base no exposto, é possível compreender a dificuldade prática, enfrentada pela gestão, em acompanhar os projetos de forma mais profícua. Por essa razão, se realizou um estudo de campo, em um campus fora de sede, para se compreender quais iniciativas são ofertadas, a título de editais de pesquisa e inovação tecnológica e como esses programas são acompanhados pela coordenação e pelo NIT do IFAL. O campus escolhido para esta pesquisa foi o campus de Palmeira dos Índios.

5.4.1 IFAL PIn

Dos 16 campi do IFAL, destaca-se - neste trabalho - o Instituto Federal de Alagoas campus Palmeira dos Índios (IFAL-PIn), fundado em 1993, na cidade de Palmeira dos Índios, no agreste alagoano, sob a denominação de ETFAL, depois de CEFET-AL e a, partir de 2008, de IFAL campus PIn. Atualmente, são ofertados pela instituição os técnicos integrados em: Edificações, Eletrotécnica e Informática; o subsequente em Segurança do Trabalho; os superiores em: Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, além dos cursos de ensino à distância (EaD): Ciências Biológicas e Letras – Português.

Quadro 1 – oferta de curso do IFAL PIn

Integrado			Superior		Pós-Graduação	
Integral	Subsequente	EJA	Bacharelado	Licenciatura	Stricto	Latu
Edificações Eletrotécnica Informática	Segurança do Trabalho	Não há	Engenharia Civil Engenharia Elétrica	Ciências Biológicas Letras – Português.	Não há	

Fonte: A autora, 2023

No que tange à pesquisa, à inovação e à extensão, observou-se, com base nas informações presentes no website do campus, que as oportunidades de

desenvolvimento de pesquisas e de atividades extensionistas se dão a partir de editais, os quais são lançados através das respectivas Pró-Reitorias e endereçados a todos os alunos da rede.

Os editais de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão são lançados anualmente e podem ser encontrados nos sítios online do campus ou das pró-reitorias. Esses editais permitem a participação de todos os alunos da rede de ensino. Para fins de observação desse trabalho, interessam os editais de iniciação científica e tecnológica.

O Programa de Bolsas Institucionais de Iniciação Científica (PIBIC), segundo o edital nº 16 PRPPI/IFAL de 2022, “é um Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica que tem como objetivo contribuir para a iniciação de estudantes em atividades de pesquisa por meio de concessão de bolsas de iniciação científica.” O PIBIC-Af é uma variação do programa, com fundamento em ações afirmativas, possibilitando a participação de alunos, já contemplados por outras iniciativas afirmativas da instituição, em pesquisas de cunho científico.

Por sua vez, o Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), de acordo com o edital nº 17 PRPPI/IFAL/2022: “é um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação que visa estimular estudantes ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e da inovação.” Ambos editais são financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e possuem periodicidade – em regra - anual. Esse é o edital do IFAL mais direcionado à inovação e com maior possibilidade de serem produzidos produtos inerentes a proteção da PI.

No que diz respeito a extensão, há um edital de fluxo contínuo sem custeio da PROEX e outro com periodicidade – em regra – anual, com fomento, voltados aos seguintes programas: ARTIFAL, minha comunidade, mulheres empreendedoras, PEAf, PROPEQ , projetos não vinculados a programa, consoante o edital PROEX Nº 04/2022.

Ainda segundo esse edital, em seu item 1.2:

A Extensão é um processo educativo inter, multi e transdisciplinar, político, cultural, científico e tecnológico que, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a interação dialógica transformadora entre o Ifal e a sociedade, envolve discentes do Ifal na execução e seja direcionado à comunidade externa.

Assim sendo, observa-se que os projetos de extensão, não são precipuamente voltados à inovação, não obstante possam gerar inovações em produtos e processos, bem como itens inerentes à proteção autoral. Por essa razão, esse trabalho foca nos editais de pesquisa e iniciação tecnológica, podendo as intervenções propostas aqui serem aplicadas a todos os programas e editais, que se adéquem.

No que tange aos programas PIBIC e PIBIT, observa-se que eles são lançados no mesmo edital e que para participar do certame se faz necessário escrever um projeto no formato de projeto de pesquisa, cujo os participantes são as figuras do orientador e do bolsista. O envio do projeto se dá por via eletrônica, para a plataforma ComunicaPRPPI, junto com o currículo lattes do proponente e um barema acadêmico estabelecido no edital.

Uma vez aprovado o projeto como PIBIC ou PIBIT, conforme observa-se no edital Nº 10 PRPPI/IFAL de 2019, dentre os compromissos do orientador do projeto ressalta-se: a obrigatoriedade da apresentação de relatório parcial e final e a sua respectiva submissão na plataforma ComunicaPRPPI. Esse relatório parcial deve ser entregue e defendido quando cumprida a metade do projeto e o relatório final defendido e entregue quando da sua conclusão.

O relatório parcial deve ser enviado à PRPPI e defendido perante uma banca formada pelo coordenador local, do campus fora da sede. Nesse relatório devem ser apresentadas as seguintes informações:

- a) Título;
- b) Informações pessoais dos participantes (nome, SIAPE ou Curso, CPF, telefone, e-mail e campus);
- c) Resumo;
- d) Indicação da produção tecnológica se houve (1. Marca; 2. Programa de computador; 3. Desenho industrial; 4. Patente; 5. outros);
- e) Parcerias firmadas;
- f) Objetivos alcançados;
- g) Metodologia;
- h) Resultados encontrados;
- i) Dificuldades encontradas;
- j) Cronograma;
- k) Conclusões preliminares;

l) Bibliografia.

Nesse ponto, cabe salientar que até esse ponto o coordenador local não tem acesso ao andamento da pesquisa, a menos que seja pessoalmente provocado por seus participantes, para oferecer algum esclarecimento ou orientação. Na oportunidade da defesa do relatório parcial, somente tem acesso à apresentação, visto que o relatório parcial é diretamente enviado à PRPPI.

Destaque-se também que o NIT somente terá acesso às informações dos projetos se for demandado por algum ator, por exemplo, os participantes da pesquisa, etc. Já a Pró-Reitoria de pesquisa, pós-graduação e inovação recebe todo o volume de informações, relativo a todos os projetos em andamento, via relatório parcial, no formato textual. Note-se que essa via não favorece a análise dos dados e a sua estruturação, a fim de viabilizar a articulação de um acompanhamento mais direcionado ou mesmo a produção de uma base de dados concernente a esses programas.

O relatório final, por sua vez, é apresentado no campus para a coordenação de pesquisa, pós-graduação e inovação do campus e enviado à PRPPI, por via eletrônica após o fim do projeto, sendo composto por duas etapas: o preenchimento de um formulário e a produção de um artigo científico, nos seguintes moldes:

- a) Título;
- b) Resumo;
- c) Introdução;
- d) Objetivos;
- e) Métodos;
- f) Resultados e discussão;
- g) Conclusão;
- h) Agradecimentos e financiamento;
- i) Referências.

Apesar de não estar expressamente previsto no edital, enquanto compromisso do professor orientador do projeto, há a obrigatoriedade do preenchimento de um formulário estabelecido no modelo de relatório final.

Cada tipo de programa tem seu próprio formulário. Os quais são apresentados

a seguir:

Quadro 2 – Formulário final PIBIT

Pergunta	Resposta
Fonte pagadora da Bolsa de Iniciação Tecnológica e Inovação:	<input type="checkbox"/> IFAL/PRPPI <input type="checkbox"/> IFAL/Campus <input type="checkbox"/> Fapeal <input type="checkbox"/> CNPq <input type="checkbox"/> Projeto desenvolvido sem bolsa
Informe a propriedade intelectual obtida a partir do desenvolvimento do projeto. *	<input type="checkbox"/> Marca <input type="checkbox"/> Programa de Computador <input type="checkbox"/> Desenho industrial <input type="checkbox"/> Patente (Produto/Processo) <input type="checkbox"/> Topografia de circuito integrado <input type="checkbox"/> Cultivares <input type="checkbox"/> Nenhuma produção tecnológica <input type="checkbox"/> Outro:
O NIT foi informado a respeito da propriedade intelectual? *	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Ocorreu o desenvolvimento de alguma das etapas da propriedade intelectual em uma instituição externa?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso positivo, qual instituição(ões)?	
Em qual etapa do desenvolvimento da propriedade intelectual: *	<input type="checkbox"/> Na etapa inicial <input type="checkbox"/> No desenvolvimento parcial da pesquisa <input type="checkbox"/> No desenvolvimento integral <input type="checkbox"/> Outro:
Houve contribuição intelectual de inventores da instituição externa na pesquisa e desenvolvimento da tecnologia?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Foi firmado algum convênio de parceria entre essa instituição e o IFAL? *	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Foi produzido algum instrumento jurídico que estabelece a titularidade dos direitos da Propriedade Intelectual (PI), qual instituição pode licenciar/ceder a PI, bem como supervisionar/conceder a exploração comercial?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Foi enviada alguma amostra de material referente à pesquisa para a instituição externa, ou outra, exceto o IFAL?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se sim, qual instituição?	

Fonte: A autora, 2023

Quadro 3 – Formulário final PIBIC

Pergunta	Resposta
Fase de Entrega do Relatório:	<input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Final
Biênio de Execução do Projeto: *	<input type="checkbox"/> 2019-2020 <input type="checkbox"/> 2020-2021 <input type="checkbox"/> 2021-2022 <input type="checkbox"/> 2022-2023 <input type="checkbox"/> Outro
Fonte pagadora da Bolsa de Iniciação Científica*:	<input type="checkbox"/> IFAL/PRPPI <input type="checkbox"/> IFAL/Campus <input type="checkbox"/> Fapeal <input type="checkbox"/> CNPq <input type="checkbox"/> Projeto desenvolvido sem bolsa de IC <input type="checkbox"/> Outro
Informe a produção científica resultante do projeto em questão: (múltipla escolha)	1. Participação em eventos 2. Apresentação dos trabalhos em eventos 3. Artigos publicados 4. Livro/Capítulos de livros 5. Produção tecnológica (programa de computador, marca, patente, desenho industrial etc.) 6. Nenhuma Outra
1. Participação em Evento (informar Evento)	
2. Apresentação de trabalho em evento (informar título e evento):	
3. Artigos publicados (informar título e referência para citação):	
4. Livro/Capítulos de livros (informar título e referência para citação):	
Outras informações sobre a produção científica que achar relevante:	

Fonte: A autora, 2023

É oportuno apontar que o relatório final e o formulário, inerente ao edital que estiver sendo finalizado, são enviados à PRPPI, sendo o primeiro apresentado perante uma banca local. Assim sendo, é possível observar que todo esse ciclo editalício é realizado e concluído sem a intervenção do NIT.

Após a conclusão desses compromissos e sua aprovação, fica encerrado o projeto.

6 METODOLOGIA

6.1 Lista das etapas metodológicas

Etapa metodológica 1: Realização da Pesquisa bibliográfica.

Etapa metodológica 2: Realização da Pesquisa documental.

Etapa metodológica 3: Estudo de campo.

6.2 Descrição detalhada de cada etapa metodológica

A primeira etapa metodológica consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica, com objetivo exploratório, utilizando o método qualitativo para a análise dos textos retornados nas buscas realizadas, a fim de pesquisar e reunir conhecimentos sobre a propriedade intelectual, a gestão tecnológica e a inovação. Tal pesquisa se deu a partir da busca das temáticas citadas em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado defendidas no programa PROFNIT, prospectados nos sítios do PROFNIT, do google e do scholar google.

Já a segunda etapa metodológica tinha como intuito desbravar o cenário legal, acerca da propriedade intelectual, da gestão tecnológica e da inovação, para se compreender como esses temas são tratados nos dispositivos legais, que os protegem no país. Assim sendo, foi feita uma pesquisa por meio de levantamento documental, o qual revelou quais leis no país se dispõem a tutelar os conhecimentos protegidos como propriedade intelectual e a inovação. Para tanto, foram realizadas várias buscas, com objetivo exploratório, no site: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>, no qual são publicizadas oficialmente as leis no Brasil.

Por fim, foi promovido um estudo de campo no Instituto Federal de Alagoas campus Palmeira dos Índios, no escopo da disciplina obrigatória de oficina profissional, a qual consistiu na busca e análise de instruções normativas, resoluções, portarias, editais, fluxogramas e informações dispostas nos sites da instituição, acerca dos trâmites da gestão da propriedade intelectual e da inovação na instituição. Ademais, foram realizadas entrevistas presenciais e remotas com o coordenador de pesquisa, pós-graduação e inovação do campus, no intuito de esclarecer o referido

processo e validar o modelo compreendido durante a pesquisa.

6.3 Matriz de validação/amarração

Quadro 4 – Matriz de validação/amarração

Objetivos específicos	Etapas metodológicas	Produtos
Explorar a produção científica acerca da proteção de propriedade intelectual e da inovação no Brasil	Etapa metodológica 1: Realização da pesquisa bibliográfica. Etapa metodológica 2: Realização da pesquisa documental.	1 Submissão de artigo em revista qualis B3; 2 Submissão de artigo em revista qualis B1;
Analisar como a PI e a inovação são incorporadas nos programas de iniciação científica do IFAL	Etapa metodológica 3: Estudo de campo.	3 Metodologia de acompanhamento da inovação resultante de pesquisa e extensão
Propor uma inovação no processo de acompanhamento desses programas, a fim de promover o incentivo à produção do conhecimento e sua melhor gestão.	Etapa metodológica 3: Estudo de campo.	4 Modelo Canvas; 5 Matriz SWOT;

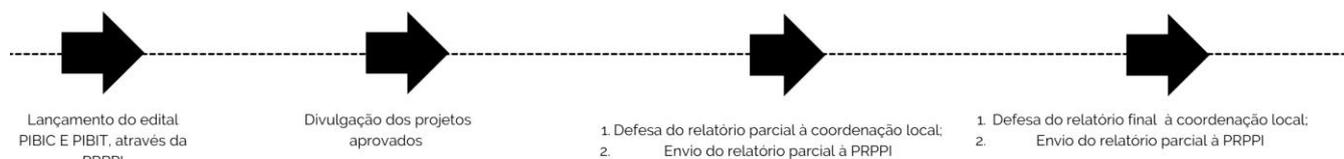
Fonte: A autora, 2023

7 RESULTADOS

A intervenção proposta neste trabalho visa provocar uma mudança na condução do processo de acompanhamento dos projetos de iniciação científica e tecnológica do campus IFAL-Pin, por meio da inserção de novas etapas, durante o fluxo de envio de projetos e relatórios parcial e final, a serem implantadas pela Pró-reitoria PRPPI e acompanhadas pelas respectivas coordenações e pelo NIT. Atualmente, o fluxo do edital de PIBIC e PIBIT segue o escopo a seguir:

Figura 2 – Metodologia de acompanhamento dos editais PIBIC e PIBIT

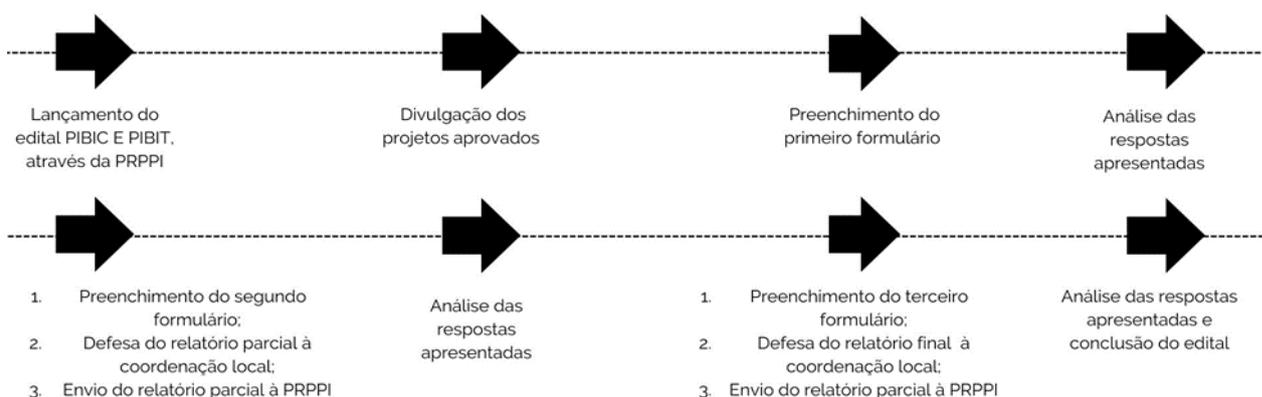
METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DOS EDITAIS PIBIC E PIBIT



Fonte: A autora, 2023

Observou-se que a atual conjuntura dessas etapas não é suficiente para otimizar o trabalho de acompanhamento da PRPPI, além de não inserir o NIT no processo de gestão de conhecimentos e produtos produzidos no IFAL, no âmbito desses programas - que é sua função institucional precípua – bem como não insere e viabiliza uma maior participação da coordenação de pesquisa, pós-graduação e inovação do campus fora de sede. Assim sendo, foi proposta a seguinte reestruturação.

Figura 3. Proposta de metodologia de acompanhamento dos editais PIBIC E PIBIT



Fonte: A autora, 2023

As novas etapas consistem na inserção de um preenchimento de formulários sobre as pesquisas, nas etapas de: 1. início do projeto; 2. Relatório parcial; 3. Relatório final. Esses formulários induzirão o professor orientador a ofertar, nas etapas de acompanhamento, informações mais precisas e necessárias para uma análise mais eficiente quanto ao potencial dos projetos.

Os formulários 1 e 2 são endereçados a ambos os editais. O formulário da última etapa apresenta uma versão para o PIBIC e outra para o PIBIT levando em consideração as características e finalidades de cada programa.

A partir das respostas desses formulários, é possível uma maior detecção de projetos com potencial inovador, além de se construir uma base de dados, a qual poderá subsidiar novas estratégias de incentivo à inovação, bem como ofertará informações mais detalhadas dos projetos que poderão ser dispostas no site da instituição, a fim de publicizar os produtos dos projetos desenvolvidos e facilitar a prospecção de interessados no conhecimento e tecnologias produzidos no Campus.

O formato dos formulários propostos deve ser o online, via google form, o qual permite a objetiva articulação dos dados, através de gráficos, tabelas, de forma automática e gratuita, além de permitir uma maior celeridade no tratamento dos dados relativos aos projetos.

A seguir se apresentam os formulários propostos e sua discussão será tratada na sessão seguinte.

Pergunta	Observações	Resposta
Antes de preencher esse formulário, consulte a cartilha da inovação do IFAL aqui.		
Título do projeto:		
coordenador do projeto:		
Email		
O produto (ou contribuição) do seu trabalho pode ser caracterizado como:		<input type="checkbox"/> Uma revisão bibliográfica <input type="checkbox"/> Uma prospecção tecnológica <input type="checkbox"/> Outro
O produto (ou contribuição) do seu trabalho será algo que ainda não existe no mercado?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
O produto (ou contribuição) do seu trabalho será algo que ainda não existe na literatura científica?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
O produto (ou contribuição) do seu trabalho será uma modificação de algo já existente no mercado ?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
Foi realizada uma pesquisa de anterioridade para saber se existe algo similar ao produto desse projeto no mercado?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Em relação ao teor inovativo, você considera que (o produto ou proposta do) seu trabalho consistirá na(o):		<input type="checkbox"/> (Baixo) adaptação de conhecimento existente <input type="checkbox"/> (Médio) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos. <input type="checkbox"/> (Alto) desenvolvimento com base em conhecimento inédito. <input type="checkbox"/> (Sem inovação aparente) repetição de conhecimento já existente <input type="checkbox"/> Prefiro não opinar neste momento ou meu projeto não está em fase [avançada] que me permita responder a esta pergunta
Você acredita que o produto ou proposta do seu trabalho terá complexidade:	Complexidade refere-se ao grau de interação entre atores, relações e conhecimento necessários à elaboração e ao desenvolvimento da produção	<input type="checkbox"/> (Baixa) alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem a participação de diferentes

	tecnológica.	atores. () (Média) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos restrita à uma área do conhecimento e participação de poucos atores. () (Alta) sinergia ou associação de diferentes áreas do conhecimento e interação de múltiplos atores, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas, associadas à produção tecnológica.
Selecione o tipo de impacto que melhor se adequa ao seu trabalho:		() (Real) ocorreram mudanças, social, econômica, educacional, na saúde e outras, resultantes da produção tecnológica () (Potencial) ainda não foi possível identificar mudanças concretas resultantes da produção tecnológica
Em relação ao nível de impacto relacionado com as mudanças causadas pela introdução do produto no ambiente social, selecione o que mais se adequa ao seu trabalho:		() (Alto) haverá mudança permanente () (Médio) haverá mudança temporária () (Baixo) não haverá mudança
Você caracteriza a criação de marca como provável na execução do seu projeto?	Sabendo-se que "as marcas são determinantes como instrumentos voltados para a representação diferencial de produtos e serviços"	() Sim () Não () Talvez
O produto ou proposta do seu trabalho terá um desenho único, nunca antes visto no mercado?	Entendendo-se que "Desenho industrial assegura ao criador do desenho a exclusividade no seu uso" e que "Para que seja considerado novo, o desenho não pode estar compreendido no estado da técnica, ou seja, publicizado antes do pedido de proteção, salvo as exceções legais"	() Sim () Não () Talvez
Informe a propriedade intelectual obtida a partir do desenvolvimento do projeto.	Em caso de dúvidas consulte a cartilha da Inovação do IFAL aqui	() Marca () Programa de Computador () Desenho industrial () Patente (Produto/Processo) () Topografia de circuito integrado () Cultivares () Nenhuma produção

		tecnológica () Outro:
Existe alguma instituição pública ou privada que possa ter interesse no produto do seu projeto?		() Sim () Não () Talvez () Não sei aplica

Fonte: As autoras, 2023

Quadro 6 – Modelo de formulário 2

Pergunta	Observações	Resposta
Antes de preencher esse formulário, consulte a cartilha da inovação do IFAL aqui.		
Título do projeto:		
coordenador do projeto:		
e-mail		
A caracterização do produto (ou contribuição) do seu trabalho foi modificada desde o preenchimento do formulário anterior?	opções do formulário anterior: <input type="checkbox"/> Uma revisão bibliográfica <input type="checkbox"/> Uma prospecção tecnológica <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O produto (ou contribuição) do seu trabalho é algo que ainda não existe no mercado?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
O produto (ou contribuição) do seu trabalho é algo que ainda não existe na literatura científica?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
O produto (ou contribuição) do seu trabalho é uma modificação de algo já existente no mercado ?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
Em relação ao teor inovativo, você considera que (o produto ou contribuição do) seu trabalho consiste na(o):		<input type="checkbox"/> (Baixo) adaptação de conhecimento existente <input type="checkbox"/> (Médio) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos. <input type="checkbox"/> (Alto) desenvolvimento com base em conhecimento inédito. <input type="checkbox"/> (Sem inovação aparente) repetição de conhecimento já existente <input type="checkbox"/> Prefiro não opinar neste momento ou meu projeto não está em fase [avançada] que me permita responder a esta pergunta
Você acredita que o produto ou proposta do seu trabalho tem complexidade:	Complexidade refere-se ao grau de interação entre atores, relações e conhecimento necessários à elaboração e ao desenvolvimento da produção tecnológica.	<input type="checkbox"/> (Baixa) alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem a participação de diferentes atores.

		<input type="checkbox"/> (Média) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos restrita à uma área do conhecimento e participação de poucos atores. <input type="checkbox"/> (Alta) sinergia ou associação de diferentes áreas do conhecimento e interação de múltiplos atores, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas, associadas à produção tecnológica.
Selecione o tipo de impacto que melhor se adequa ao seu trabalho:		<input type="checkbox"/> (Real) ocorreram mudanças, social, econômica, educacional, na saúde e outras, resultantes da produção tecnológica <input type="checkbox"/> (Potencial) ainda não foi possível identificar mudanças concretas resultantes da produção tecnológica
Em relação ao nível de impacto relacionado com as mudanças causadas pela introdução do produto no ambiente social, selecione o que mais se adequa ao seu trabalho:		<input type="checkbox"/> (Alto) haverá mudança permanente <input type="checkbox"/> (Médio) haverá mudança temporária <input type="checkbox"/> (Baixo) não haverá mudança
Você caracteriza a criação de marca como provável na execução do seu projeto?	Sabendo-se que "as marcas são determinantes como instrumentos voltados para a representação diferencial de produtos e serviços"	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Talvez
O produto ou contribuição do seu trabalho tem um desenho único, nunca antes visto no mercado?	Entendendo-se que "Desenho industrial assegura ao criador do desenho a exclusividade no seu uso" e que "Para que seja considerado novo, o desenho não pode estar compreendido no estado da técnica, ou seja, publicizado antes do pedido de proteção, salvo as exceções legais"	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Talvez
Informe a propriedade intelectual obtida a partir do desenvolvimento do projeto.	Em caso de dúvidas consulte a cartilha da Inovação do IFAL aqui	<input type="checkbox"/> Marca <input type="checkbox"/> Programa de Computador <input type="checkbox"/> Desenho industrial <input type="checkbox"/> Patente (Produto/Processo) <input type="checkbox"/> Topografia de circuito integrado <input type="checkbox"/> Cultivares <input type="checkbox"/> Nenhuma produção tecnológica

		() Outro:
Existe alguma instituição pública ou privada que possa ter (ou já tenha) interesse no produto do seu projeto?		() Sim () Não () Talvez () Não se aplica
Seu trabalho está sendo (ou será) realizado em parceria com algum colaborador externo ou alguma instituição externa ao IFAL?		() Sim () Não () Talvez
Você precisa de algum tipo de fomento para materiais, maquinários, viagens, publicações, etc?		() Sim () Não
Você alguma vez solicitou assistência da coordenação de pesquisa e inovação?		() Sim () Não
Você deseja ser contactado pela coordenação de pesquisa e inovação para discutir sobre o futuro do seu projeto?		() Sim () Não

Fonte: As autoras, 2023

Quadro 7 – Modelo de formulário 3 – PIBIC

Pergunta	Observações	Resposta
Antes de preencher esse formulário, consulte a cartilha da inovação do IFAL aqui.		
Título do projeto:		
Coordenador do projeto:		
E-mail:		
Fase de Entrega do Relatório:		() Parcial () Final
Biênio de Execução do Projeto: *		() 2019-2020 () 2020-2021 () 2021-2022 () 2022-2023 () Outro
Fonte pagadora da Bolsa de Iniciação Científica*:		() IFAL/PRPPI () IFAL/Campus () Fapeal () CNPq () Projeto desenvolvido sem bolsa de IC

		() Outro
Participação em Evento (informar Evento)		
Apresentação de trabalho em evento (informar título e evento):		
Artigos publicados (informar título e referência para citação):		
Livro/Capítulos de livros (informar título e referência para citação):		
Outras informações sobre a produção científica que achar relevante:		
Durante a execução de seu projeto de pesquisa foi produzido algum produto de cunho tecnológico?	Se sim, elucide se essa tecnologia foi informada ao NIT.	
O conhecimento desenvolvido nesse projeto de pesquisa tem potencial para ser transferido para outra instituição?	Se sim, indique a instituição que teria interesse em receber esse conhecimento?	

Fonte: As autoras, 2023

Quadro 8 – Modelo de formulário 3 – PIBIT

Pergunta	Observações	Resposta
Antes de preencher esse formulário, consulte a cartilha da inovação do IFAL aqui.		
Título do projeto:		
Coordenador do projeto:		
E-mail:		
Fonte pagadora da Bolsa de Iniciação Tecnológica e Inovação:		() IFAL/PRPPI () IFAL/Campus () Fapeal

		<input type="checkbox"/> CNPq <input type="checkbox"/> Projeto desenvolvido sem bolsa
Informe a propriedade intelectual obtida a partir do desenvolvimento do projeto. *		<input type="checkbox"/> Marca <input type="checkbox"/> Programa de Computador <input type="checkbox"/> Desenho industrial <input type="checkbox"/> Patente (Produto/Processo) <input type="checkbox"/> Topografia de circuito integrado <input type="checkbox"/> Cultivares <input type="checkbox"/> Nenhuma produção tecnológica <input type="checkbox"/> Outro:
O NIT foi informado a respeito da propriedade intelectual? *		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Ocorreu o desenvolvimento de alguma das etapas da propriedade intelectual em uma instituição externa?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso positivo, qual instituição(ões)?		
Em qual etapa do desenvolvimento da propriedade intelectual: *		<input type="checkbox"/> Na etapa inicial <input type="checkbox"/> No desenvolvimento parcial da pesquisa <input type="checkbox"/> No desenvolvimento integral <input type="checkbox"/> Outro:
Houve contribuição intelectual de inventores da instituição externa na pesquisa e desenvolvimento da tecnologia?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Foi firmado algum convênio de parceria entre essa instituição e o IFAL? *		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Foi produzido algum instrumento jurídico que estabelece a titularidade dos direitos da Propriedade Intelectual (PI), qual instituição pode licenciar/ceder a PI, bem como supervisionar/conceder a exploração comercial?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Foi enviada alguma amostra de material referente à pesquisa para a instituição externa, ou outra, exceto o IFAL?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se sim, qual instituição?		

<p>Em relação ao teor inovativo, você considera que (o produto ou contribuição do) seu trabalho consistiu na(o):</p>		<p><input type="checkbox"/> (Baixo) adaptação de conhecimento existente <input type="checkbox"/> (Médio) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos. <input type="checkbox"/> (Alto) desenvolvimento com base em conhecimento inédito. <input type="checkbox"/> (Sem inovação aparente) repetição de conhecimento já existente <input type="checkbox"/> Prefiro não opinar neste momento ou meu projeto não está em fase [avançada] que me permita responder a esta pergunta</p>
<p>Você acredita que o produto ou proposta do seu trabalho teve complexidade:</p>	<p>Complexidade refere-se ao grau de interação entre atores, relações e conhecimento necessários à elaboração e ao desenvolvimento da produção tecnológica.</p>	<p><input type="checkbox"/> (Baixa) alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem a participação de diferentes atores. <input type="checkbox"/> (Média) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos restrita à uma área do conhecimento e participação de poucos atores. <input type="checkbox"/> (Alta) sinergia ou associação de diferentes áreas do conhecimento e interação de múltiplos atores, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas, associadas à produção tecnológica.</p>
<p>Selecione o tipo de impacto que melhor se adequou ao seu trabalho:</p>		<p><input type="checkbox"/> (Real) ocorreram mudanças, social, econômica, educacional, na saúde e outras, resultantes da produção tecnológica <input type="checkbox"/> (Potencial) ainda não foi possível identificar mudanças concretas resultantes da produção tecnológica</p>
<p>Em relação ao nível de impacto relacionado com as mudanças causadas pela introdução do produto no ambiente social, selecione o que mais se adequou ao seu trabalho:</p>		<p><input type="checkbox"/> (Alto) haverá mudança permanente <input type="checkbox"/> (Médio) haverá mudança temporária <input type="checkbox"/> (Baixo) não haverá mudança</p>
<p>Você alguma vez solicitou assistência da coordenação de pesquisa e inovação?</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>

Você deseja ser contactado pela coordenação de pesquisa e inovação para discutir a possibilidade da transferência de tecnologia referente ao produto do seu projeto?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
--	--	--

Fonte: As autoras, 2023

8 DISCUSSÃO

Elucida Peter F. Drucker (2016) que dentre outras coisas, uma inovação precisa partir de uma percepção, assim como precisa ser simples para ser eficaz. Foi Partindo dessa premissa que a presente intervenção foi proposta.

Analisando-se o fluxo dos editais dos programas se percebeu que eles são lançados pela PRPPI, anualmente, através de chamadas abertas a toda instituição. Os interessados enviam seus projetos diretamente à Pró-reitoria e se aprovados defendem, obrigatoriamente, os relatórios parciais e finais, perante uma banca estabelecida pela coordenação local de pesquisa, pós-graduação e inovação e enviá-los, via sistema, à PRPPI.

Ademais, ao final das pesquisas, os orientadores são requisitados para responder, um questionário. Há um questionário específico para o edital de pesquisa e outro para o de inovação. Em linhas gerais, os questionários se dispõem a obter informações sobre os pesquisadores e as instituições de fomento e são remetidos diretamente à PRPPI.

No Fluxo apresentado na figura 2, observa-se que o acompanhamento da coordenação local é preterido pela própria estruturação do processo, visto que as informações são sempre remetidas à PRPPI diretamente, sem necessariamente passar pela figura do coordenador, o qual terá acesso aos desdobramentos dos projetos apenas na apresentação parcial e na apresentação final, caso não seja procurado diretamente por os participantes do projeto em andamento, para requer algum auxílio.

O coordenador local também tem acesso, ao final do edital dos programas, às tabelas com as informações levantadas pela PRPPI durante a consecução dos editais. Como se nota, as informações sobre os produtos dos projetos não são levantadas durante a execução do edital e, se o edital não for de inovação tecnológica, o pesquisador não será inquirido nem ao final do edital sobre a existência de algum produto. Dessa forma, a oportunidade de reconhecer um produto em potencial ficará restrita na defesa oral dos relatórios parciais e finais – para a coordenação - e na análise dos relatórios escritos pela PRPPI, não passando pelo NIT.

Em arremate, destaque-se que o NIT assume um papel suplente nesse fluxo, que é um dos principais afluentes de produtos e conhecimentos da instituição, visto que somente participa do fluxo, se acionado.

Assim sendo, a análise desse fluxo motivou a elaboração da proposta desse trabalho, a qual consiste na implementação de mais etapas no fluxo do edital e em uma ampliação no protagonismo da coordenação local no campus fora de sede, referente ao acompanhamento dos projetos em andamento durante o fluxo dos editais da PRPPI.

Portanto, espera-se que esse questionário seja estabelecido via eletrônica, através de edital pela PRPPI, sobre o crivo da obrigatoriedade, condicionando a conclusão da pesquisa ao seu preenchimento, tendo em vista a importância de se angariar essas informações para o planejamento estratégico da pasta de inovação na instituição, em uma tríplice conjuntura entre o NIT, a coordenação local e a PRPPI.

É importante que o acesso a esses formulários seja contemporaneamente facultado à coordenação de pesquisa, pós-graduação e inovação de cada campus, a fim de fortalecer a autonomia dessa coordenação e de não onerar o já grande volume de trabalho do NIT ou da PRPPI.

De posse das respostas desses questionários, é possível construir um banco de dados sobre os projetos realizados, no escopo dos editais de pesquisa e inovação de seu campus, o qual fornecerá métricas importantes sobre os produtos dos projetos, além de a longo prazo viabilizar a construção de uma vitrine com os projetos finalizados, facilitando a prospecção de parceiros e interessados em transferência de tecnologia.

Além do exposto, a intervenção proposta tem o condão de possibilitar à coordenação um acompanhamento mais profícuo, eficiente e próximo dos projetos que estão sobre a égide da sua guarda, conhecendo as propostas e orientando os pesquisadores, ainda no curso dos projetos, verificando com eles a viabilidade dos produtos ainda em seu estado gestacional.

Por fim, ressalte-se que a aprendizagem é um fator importante para inovação em qualquer ambiente empreendedor, fazendo parte do processo moderno de gestão de qualquer instituição. Dessa forma, espera-se que essa intervenção promova um maior conhecimento sobre os produtos, as pesquisas, as estratégias que funcionaram ou não, se o planejamento inicial vingou ou não para o alcance de produto.

9 IMPACTOS

Espera-se que a intervenção proposta seja recebida pela Pró-reitoria de

pesquisa, pós-graduação e inovação, sendo inserida no fluxograma dos editais dos programas voltados de iniciação científica e tecnológica do IFAL lançados por ela e, por conseguinte, otimize o trabalho de gestão do NIT e das coordenações de pesquisa, pós-graduação e inovação da instituição.

A priori, o maior impacto será a oferta de dados específicos relacionados à inovação e a construção de banco de dados mais amplo sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos editais mencionados, de forma mais objetiva, célere e eficiente.

Também se espera que as métricas geradas pela intervenção possibilitem a elaboração de um planejamento estratégico de incentivo à inovação voltados aos editais mencionados, por meio da atuação do NIT do IFAL.

10 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC

Itens obrigatórios:

1. Matriz de SWOT (FOFA) sendo um Anexo do texto dissertativo do TCC.
2. Figura Diagrama do Modelo de Negócio CANVAS como um Anexo do texto dissertativo do TCC.
3. Pelo menos 01 artigo em avaliação ou já publicado por revista Qualis B3 ou mais da área do PROFNIT, em coautoria do discente e do orientador pelo menos, sendo um Anexo do texto dissertativo do TCC.
4. Texto Dissertativo no formato mínimo do PROFNIT Nacional.
5. Pelo menos um produto técnico-tecnológico da listagem a seguir:
 - Submissão de Artigo qualis B1;
 - Melhoria do gerenciamento ou processo ou serviço de empresa/organização inovadora.

11 CONCLUSÃO

O presente trabalho se dispôs a realizar uma investigação sobre os projetos de iniciação científica e tecnológica do Instituto Federal de Alagoas, a fim de diagnosticar qual procedimento é adotado pela instituição, para o acompanhamento dos referidos projetos, revelando seus pontos fortes e em quais aspectos desse procedimento poderia ser melhorado.

Ao fim da investigação, se constatou que pouca informação é colhida durante a consecução dos projetos, por essa razão não são geradas métricas específicas sobre cada campus, nem aprendizados sobre quais planejamentos foram bem sucedidos ou não para o desenvolvimento de produtos. Assim sendo, se pensou em uma intervenção que pudesse contribuir angariando mais informações sobre os projetos de forma eficiente e específica.

A intervenção foi planejada com base em uma vasta pesquisa na literatura correlata e discutida com a coordenação do campus que motivou esse estudo. Assim sendo, se planejou uma metodologia que inova no processo de acompanhamento dos projetos, a qual contribuirá para sanar os pontos de deficiência apontados.

Espera-se que a intervenção proposta seja recebida pela Pró-reitoria de pesquisa, pós-graduação e inovação e seja inserida no fluxograma dos editais dos programas voltados de iniciação científica e tecnológica do Instituto Federal de Alagoas lançados por ela e, por conseguinte, otimize o trabalho de gestão do NIT e das coordenações de pesquisa, pós-graduação e inovação da instituição.

12 PERSPECTIVAS FUTURAS

Espera-se que a metodologia desenvolvida neste trabalho possa servir como requisito para vir a originar uma aplicação, através de um sistema computacional, o qual possa tratar os dados gerados a partir do preenchimento dos formulários, possibilitando não só ao NIT, mas também as coordenações dos campi fora de sede, um acesso direto, síncrono e atualizado de todas as informações sobre os projetos para fins de tomada de decisão quanto a inovação, seus indicadores, e perspectivas de transferência de tecnologia.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denis Borges. **UMA INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL**. Lumen Juris: Rio de Janeiro. 2010. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=NcEdTLYAAAAJ&citation_for_view=NcEdTLYAAAAJ:u5HHmVD_uO8C
Acesso em 13 de janeiro de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

_____. **Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9279.htm Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

_____. **Lei nº 9.456/1997** – dispõe sobre a Proteção de Cultivares. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9456.htm Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

_____. **Lei nº 9.609/1998** – dispõe sobre a proteção do programa de computador. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9609.htm Acesso em: 13 de janeiro de 2023. (a)

_____. **Lei nº 9.610/1998** – dispõe sobre a proteção dos direitos do autor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm Acesso em: 13 de janeiro de 2023. (b)

_____. **Medida Provisória nº2.186-16 de 23 de agosto de 2001**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

_____. **Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11484.htm Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

_____. **Lei nº 10.973**, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR (CDTN) **Manual de Propriedade Intelectual do CDTN**. Disponível em: <https://www.gov.br/cdtn/pt-br/inovacao-e-tecnologia/manual-de-propriedade-intelectual-do-cdtn/manual-de-propriedade-intelectual-do-cdtn-pdf> Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

DRUCKER, Peter F., **O essencial de Drucker**. Atual: Coimbra, 2008.

GLOBOPLAY. **Meninas de Alagoas criam tijolo sustentável no Jovens Inventores** - 14/12/2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3020199/> Acesso em: 10.01.2023.

GSHOW. **Meninas de Alagoas criam tijolo sustentável e mostram no Caldeirão.** 14/12/2013. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/caldeirao-do-huck/O-Programa/noticia/2013/12/meninas-de-alagoas-criam-tijolo-sustentavel-e-mostram-no-caldeirao.html> Acesso em: 10.01.2023.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **RESOLUÇÃO Nº 29 / 2021** – disponível em: https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/legislacao-e-normas/Resolucao_n_292021CEPEDispe_sobre_a_normatizacao_dos_Cursos_de_Extensao_do_.pdf acesso em: 09.1.2023.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 19/CS / 2010** Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/legislacao-e-normas/arquivos/2010-resolucao-no-19-aprova-a-criacao-do-nit-e-estab-estrutura-organ.pdf> acesso em: 09.1.2023.

_____. **REGIMENTO GERAL.** Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/pesquisa/arquivos/res-no-15-cs-2018-regimento-geral.pdf> acesso em: 09.1.2023.

_____. **Edital nº 16 PRPPI/IFAL/ 2022.** Disponível em: https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/editais/arquivos/IFAL_PRPIEDITALN16DE18DEMAIODE2022PROJETO_SPIBIC20222032.pdf Acesso em: 09.1.2023.

_____. **Edital nº 04 PRPI/IFAL,**. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/campus/palmeira/editais/arquivos/editalpibitpibic.pdf> Acesso em: 09.1.2023.

_____. **Edital PROEX Nº 04/2022,** Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/editais/arquivos/EDITALProexn042022ProgramasProjetos2022.pdf> Acesso em: 09.1.2023.

_____. **Edital PROEX Nº 10/2022.** Disponível em: https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/editais/arquivos/EDITALPROEXN10_2022FLUXOCONTNUO2022PROGRAMASEPROJETOSDEEXTENSO.pdf Acesso em: 09.1.2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Portaria INPI/PR nº 4,** de 12 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/inpi/pr-n-4-de-12-de-janeiro-de-2022-375778644> Acesso em: 09.1.2023.

OCDE. **Manual de Oslo** (1997). 3ed. Tradução FINEP. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf> Acesso em: 1 de janeiro de 2023.

PROFNIT. **Regimento Nacional**. 2022. Disponível em: <https://profnit.org.br/regimento-nacional/> Acesso em: 02 de janeiro de 2023.
_____. **Linha de pesquisa**. Disponível em <https://profnit.org.br/linha-de-pesquisa/> Acesso em: 10.01.2023.

SANTOS, Wagna Piler Carvalho dos (org.). **Conceitos e aplicações de propriedade intelectual**; v.1) – Salvador (BA): IFBA, 2018. 262 p.

SAPIRO, Idalberto Chiavenato Arão. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

APÊNDICE A – Matrix FOFA (SWOT)

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	FORÇAS: <ol style="list-style-type: none"> 1. Ambiente inovador; 2. Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; 3. Programas de iniciação científica; 4. Infraestrutura do IFAL; 5. Alta formação técnica; 	FRAQUEZAS: <ol style="list-style-type: none"> 1. Baixo quantitativo de pessoas alocadas na função de gestão da PI e da inovação; 2. Ausência de um colaborador com formação técnica específica em Gestão da PI, nos campus, para auxiliar o trabalho das coordenações; 3. Burocracia institucional; 4. Falta de informações específicas sobre os produtos já criados no Campus.
EXTERNA (Ambiente)	OPORTUNIDADES: <ol style="list-style-type: none"> 1. Uma reputação e credibilidade no ecossistema que está inserida 2. Parcerias com instituições privadas para o desenvolvimento de produtos e serviços. 	AMENÇAS: <ol style="list-style-type: none"> 1. A transferência de orientadores para outros IF 2. A concessão de afastamento para cursas pós -graduações

APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS

<p>Parcerias Chave:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. PROEX 2. PRPPI 3. NIT 4. Coordenação de pesquisa, pós-graduação e inovação 5. Orientadores de projetos de iniciação científica e tecnológica; 	<p>Atividades Chave:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar o produto ofertado nos editais de de iniciação científica e tecnológica; 2. Preencher os formulários propostos, nos marcos estabelecidos; 3. Analisar as respostas dos formulários respondidos; 4. Formar uma base de dados com as respostas acima. 	<p>Propostas de Valor:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Otimizar a atividade de acompanhamento de programas de iniciação científica e tecnológica; 2. Criar um banco de dados sobre os produtos dos projetos da instituição; 	<p>Relacionamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. NIT 2. Coordenação de PPPI 	<p>Segmentos de Clientes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instituto Federal de Alagoas;
	<p>Recursos Chave:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Adesão do IFAL ao produto; 2. Utilização do produto no escopo dos programas de iniciação científica e tecnológica; 		<p>Canais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Oficina Profissional; 2. PROFNIT 	

Estrutura de Custos:

1. A implantação do produto ofertado não traz custos financeiros à Instituição;
2. A implantação do produto ofertado não aumenta o fluxo de trabalho dos envolvidos na Instituição;

Fontes de Receita:

1. O produto foi desenvolvido em programa de pós-graduação e ofertado ao Instituto Federal de Alagoas sem custos.

APÊNDICE D – PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

FORMULÁRIO 1

Pergunta	Observações	Resposta
Antes de preencher esse formulário, consulte a cartilha da inovação do IFAL aqui.		
Título do projeto:		
coordenador do projeto:		
Email		
O produto (ou contribuição) do seu trabalho pode ser caracterizado como:		<input type="checkbox"/> Uma revisão bibliográfica <input type="checkbox"/> Uma prospecção tecnológica <input type="checkbox"/> Outro
O produto (ou contribuição) do seu trabalho será algo que ainda não existe no mercado?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
O produto (ou contribuição) do seu trabalho será algo que ainda não existe na literatura científica?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
O produto (ou contribuição) do seu trabalho será uma modificação de algo já existente no mercado ?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
Foi realizada uma pesquisa de anterioridade para saber se existe algo similar ao produto desse projeto no mercado?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
Em relação ao teor inovativo, você considera que (o produto ou proposta do) seu trabalho consistirá na(o):		<input type="checkbox"/> (Baixo) adaptação de conhecimento existente <input type="checkbox"/> (Médio) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos. <input type="checkbox"/> (Alto) desenvolvimento com base em conhecimento inédito. <input type="checkbox"/> (Sem inovação aparente) repetição de conhecimento já existente <input type="checkbox"/> Prefiro não opinar neste momento ou meu projeto não está em fase [avançada] que me permita responder a esta

		pergunta
Você acredita que o produto ou proposta do seu trabalho terá complexidade:	Complexidade refere-se ao grau de interação entre atores, relações e conhecimento necessários à elaboração e ao desenvolvimento da produção tecnológica.	<input type="checkbox"/> (Baixa) alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem a participação de diferentes atores. <input type="checkbox"/> (Média) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos restrita à uma área do conhecimento e participação de poucos atores. <input type="checkbox"/> (Alta) sinergia ou associação de diferentes áreas do conhecimento e interação de múltiplos atores, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas, associadas à produção tecnológica.
Selecione o tipo de impacto que melhor se adequa ao seu trabalho:		<input type="checkbox"/> (Real) ocorreram mudanças, social, econômica, educacional, na saúde e outras, resultantes da produção tecnológica <input type="checkbox"/> (Potencial) ainda não foi possível identificar mudanças concretas resultantes da produção tecnológica
Em relação ao nível de impacto relacionado com as mudanças causadas pela introdução do produto no ambiente social, selecione o que mais se adequa ao seu trabalho:		<input type="checkbox"/> (Alto) haverá mudança permanente <input type="checkbox"/> (Médio) haverá mudança temporária <input type="checkbox"/> (Baixo) não haverá mudança
Você caracteriza a criação de marca como provável na execução do seu projeto?	Sabendo-se que "as marcas são determinantes como instrumentos voltados para a representação diferencial de produtos e serviços"	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Talvez
O produto ou proposta do seu trabalho terá um desenho único, nunca antes visto no mercado?	Entendendo-se que "Desenho industrial assegura ao criador do desenho a exclusividade no seu uso" e que "Para que seja considerado novo, o desenho não pode estar compreendido no estado da técnica, ou seja, publicizado antes do pedido de proteção, salvo as exceções legais"	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Talvez
Informe a propriedade	Em caso de dúvidas consulte a	<input type="checkbox"/> Marca

intelectual obtida a partir do desenvolvimento do projeto.	cartilha da Inovação do IFAL aqui	<input type="checkbox"/> Programa de Computador <input type="checkbox"/> Desenho industrial <input type="checkbox"/> Patente (Produto/Processo) <input type="checkbox"/> Topografia de circuito integrado <input type="checkbox"/> Cultivares <input type="checkbox"/> Nenhuma produção tecnológica <input type="checkbox"/> Outro:
Existe alguma instituição pública ou privada que possa ter interesse no produto do seu projeto?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Talvez <input type="checkbox"/> Não sei aplica

FORMULÁRIO 2

Pergunta	Observações	Resposta
Antes de preencher esse formulário, consulte a cartilha da inovação do IFAL aqui.		
Título do projeto:		
coordenador do projeto:		
e-mail		
A caracterização do produto (ou contribuição) do seu trabalho foi modificada desde o preenchimento do formulário anterior?	opções do formulário anterior: <input type="checkbox"/> Uma revisão bibliográfica <input type="checkbox"/> Uma prospecção tecnológica <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O produto (ou contribuição) do seu trabalho é algo que ainda não existe no mercado?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
O produto (ou contribuição) do seu trabalho é algo que ainda não existe na literatura científica?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
O produto (ou contribuição) do seu trabalho é uma modificação de algo já existente no mercado ?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Não se aplica
Em relação ao teor inovativo, você considera que (o produto ou contribuição do) seu trabalho consiste na(o):		<input type="checkbox"/> (Baixo) adaptação de conhecimento existente <input type="checkbox"/> (Médio) combinação de conhecimentos pré-

		estabelecidos. <input type="checkbox"/> (Alto) desenvolvimento com base em conhecimento inédito. <input type="checkbox"/> (Sem inovação aparente) repetição de conhecimento já existente <input type="checkbox"/> Prefiro não opinar neste momento ou meu projeto não está em fase [avançada] que me permita responder a esta pergunta
Você acredita que o produto ou proposta do seu trabalho tem complexidade:	Complexidade refere-se ao grau de interação entre atores, relações e conhecimento necessários à elaboração e ao desenvolvimento da produção tecnológica.	<input type="checkbox"/> (Baixa) alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem a participação de diferentes atores. <input type="checkbox"/> (Média) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos restrita à uma área do conhecimento e participação de poucos atores. <input type="checkbox"/> (Alta) sinergia ou associação de diferentes áreas do conhecimento e interação de múltiplos atores, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas, associadas à produção tecnológica.
Selecione o tipo de impacto que melhor se adequa ao seu trabalho:		<input type="checkbox"/> (Real) ocorreram mudanças, social, econômica, educacional, na saúde e outras, resultantes da produção tecnológica <input type="checkbox"/> (Potencial) ainda não foi possível identificar mudanças concretas resultantes da produção tecnológica
Em relação ao nível de impacto relacionado com as mudanças causadas pela introdução do produto no ambiente social, selecione o que mais se adequa ao seu trabalho:		<input type="checkbox"/> (Alto) haverá mudança permanente <input type="checkbox"/> (Médio) haverá mudança temporária <input type="checkbox"/> (Baixo) não haverá mudança
Você caracteriza a criação de marca como provável na execução do seu projeto?	Sabendo-se que "as marcas são determinantes como instrumentos voltados para a representação diferencial de produtos e serviços"	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Talvez
O produto ou contribuição do seu trabalho tem um desenho	Entendendo-se que "Desenho industrial assegura ao criador	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

único, nunca antes visto no mercado?	do desenho a exclusividade no seu uso" e que "Para que seja considerado novo, o desenho não pode estar compreendido no estado da técnica, ou seja, publicizado antes do pedido de proteção, salvo as exceções legais"	<input type="checkbox"/> Talvez
Informe a propriedade intelectual obtida a partir do desenvolvimento do projeto.	Em caso de dúvidas consulte a cartilha da Inovação do IFAL aqui	<input type="checkbox"/> Marca <input type="checkbox"/> Programa de Computador <input type="checkbox"/> Desenho industrial <input type="checkbox"/> Patente (Produto/Processo) <input type="checkbox"/> Topografia de circuito integrado <input type="checkbox"/> Cultivares <input type="checkbox"/> Nenhuma produção tecnológica <input type="checkbox"/> Outro:
Existe alguma instituição pública ou privada que possa ter (ou já tenha) interesse no produto do seu projeto?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Talvez <input type="checkbox"/> Não se aplica
Seu trabalho está sendo (ou será) realizado em parceria com algum colaborador externo ou alguma instituição externa ao IFAL?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Talvez
Você precisa de algum tipo de fomento para materiais, maquinários, viagens, publicações, etc?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você alguma vez solicitou assistência da coordenação de pesquisa e inovação?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você deseja ser contactado pela coordenação de pesquisa e inovação para discutir sobre o futuro do seu projeto?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

FORMULÁRIO 3 - PIBIC

Pergunta	Observações	Resposta
Antes de preencher esse formulário, consulte a cartilha da inovação do IFAL <u>aqui</u>.		
Título do projeto:		

Coordenador do projeto:		
E-mail:		
Fase de Entrega do Relatório:		<input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Final
Biênio de Execução do Projeto: *		<input type="checkbox"/> 2019-2020 <input type="checkbox"/> 2020-2021 <input type="checkbox"/> 2021-2022 <input type="checkbox"/> 2022-2023 <input type="checkbox"/> Outro
Fonte pagadora da Bolsa de Iniciação Científica*:		<input type="checkbox"/> IFAL/PRPPI <input type="checkbox"/> IFAL/Campus <input type="checkbox"/> Fapeal <input type="checkbox"/> CNPq <input type="checkbox"/> Projeto desenvolvido sem bolsa de IC <input type="checkbox"/> Outro
Participação em Evento (informar Evento)		
Apresentação de trabalho em evento (informar título e evento):		
Artigos publicados (informar título e referência para citação):		
Livro/Capítulos de livros (informar título e referência para citação):		
Outras informações sobre a produção científica que achar relevante:		
Durante a execução de seu projeto de pesquisa foi produzido algum produto de cunho tecnológico?	Se sim, elucide se essa tecnologia foi informada ao NIT.	
O conhecimento desenvolvido nesse projeto de pesquisa tem potencial para ser transferido	Se sim, indique a instituição que teria interesse em receber esse	

para outra instituição?	conhecimento?	
-------------------------	---------------	--

FORMULÁRIO 3 - PIBITI

Pergunta	Observações	Resposta
Antes de preencher esse formulário, consulte a cartilha da inovação do IFAL aqui.		
Título do projeto:		
Coordenador do projeto:		
E-mail:		
Fonte pagadora da Bolsa de Iniciação Tecnológica e Inovação:		<input type="checkbox"/> IFAL/PRPPI <input type="checkbox"/> IFAL/Campus <input type="checkbox"/> Fapeal <input type="checkbox"/> CNPq <input type="checkbox"/> Projeto desenvolvido sem bolsa
Informe a propriedade intelectual obtida a partir do desenvolvimento do projeto. *		<input type="checkbox"/> Marca <input type="checkbox"/> Programa de Computador <input type="checkbox"/> Desenho industrial <input type="checkbox"/> Patente (Produto/Processo) <input type="checkbox"/> Topografia de circuito integrado <input type="checkbox"/> Cultivares <input type="checkbox"/> Nenhuma produção tecnológica <input type="checkbox"/> Outro:
O NIT foi informado a respeito da propriedade intelectual? *		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Ocorreu o desenvolvimento de alguma das etapas da propriedade intelectual em uma instituição externa?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso positivo, qual instituição(ões)?		
Em qual etapa do desenvolvimento da propriedade intelectual: *		<input type="checkbox"/> Na etapa inicial <input type="checkbox"/> No desenvolvimento parcial da pesquisa <input type="checkbox"/> No desenvolvimento integral <input type="checkbox"/> Outro:
Houve contribuição intelectual de inventores da instituição		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

externa na pesquisa e desenvolvimento da tecnologia?		
Foi firmado algum convênio de parceria entre essa instituição e o IFAL? *		() Sim () Não
Foi produzido algum instrumento jurídico que estabelece a titularidade dos direitos da Propriedade Intelectual (PI), qual instituição pode licenciar/ceder a PI, bem como supervisionar/conceder a exploração comercial?		() Sim () Não
Foi enviada alguma amostra de material referente à pesquisa para a instituição externa, ou outra, exceto o IFAL?		() Sim () Não
Se sim, qual instituição?		
Em relação ao teor inovativo, você considera que (o produto ou contribuição do) seu trabalho consistiu na(o):		() (Baixo) adaptação de conhecimento existente () (Médio) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos. () (Alto) desenvolvimento com base em conhecimento inédito. () (Sem inovação aparente) repetição de conhecimento já existente () Prefiro não opinar neste momento ou meu projeto não está em fase [avançada] que me permita responder a esta pergunta
Você acredita que o produto ou proposta do seu trabalho teve complexidade:	Complexidade refere-se ao grau de interação entre atores, relações e conhecimento necessários à elaboração e ao desenvolvimento da produção tecnológica.	() (Baixa) alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem a participação de diferentes atores. () (Média) combinação de conhecimentos pré-estabelecidos restrita à uma área do conhecimento e participação de poucos atores. () (Alta) sinergia ou associação de diferentes áreas do conhecimento e interação de múltiplos atores, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas, associadas à produção tecnológica.

<p>Selecione o tipo de impacto que melhor se adequou ao seu trabalho:</p>		<p><input type="checkbox"/> (Real) ocorreram mudanças, social, econômica, educacional, na saúde e outras, resultantes da produção tecnológica <input type="checkbox"/> (Potencial) ainda não foi possível identificar mudanças concretas resultantes da produção tecnológica</p>
<p>Em relação ao nível de impacto relacionado com as mudanças causadas pela introdução do produto no ambiente social, selecione o que mais se adequou ao seu trabalho:</p>		<p><input type="checkbox"/> (Alto) haverá mudança permanente <input type="checkbox"/> (Médio) haverá mudança temporária <input type="checkbox"/> (Baixo) não haverá mudança</p>
<p>Você alguma vez solicitou assistência da coordenação de pesquisa e inovação?</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Você deseja ser contactado pela coordenação de pesquisa e inovação para discutir a possibilidade da transferência de tecnologia referente ao produto do seu projeto?</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>